

27 de fevereiro de 2023

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2022

Um Banco preparado para o futuro

Modelo de negócio robusto

- **Rácio CET1** alcança **12,5%** (**13,0%** em **base pro forma**¹), por via da geração orgânica e de outras iniciativas, incluindo securitizações e redução de ativos não produtivos. No final do ano, o rácio CET1 situou-se acima do requisito regulamentar de 9,41%² e superou o objetivo previsto no plano estratégico para 2024.
- **Reforço da posição de liquidez.** Recursos de balanço crescem 8,5% para os 77,2 mil milhões de euros, refletindo o crescimento de 4,8 mil milhões de euros (9,6%) em Portugal.
- **Redução de ativos não produtivos:** reduções face a dezembro de 2021 de 535 milhões de euros em NPE, 265 milhões de euros em imóveis recebidos por recuperação e 376 milhões de euros em fundos de reestruturação.
- **Crescimento da base de Clientes em 5,5%** com destaque para o aumento de Clientes *mobile* que representam 63% do total de Clientes.

Rendibilidade

- **Resultado líquido de 207,5 milhões de euros** apesar dos efeitos extraordinários relacionados com o Bank Millennium, que compara com 138,1 milhões de euros em 2021, situando-se o **ROE nos 4,0%**.
 - **Aumento dos proveitos core do Grupo em 26,1%** e **gestão rigorosa dos custos operacionais (+3,1%**, excluindo itens específicos).
 - **Efeitos extraordinários**³ relacionados com o **Bank Millennium** foram: encargos de 525,6⁴ milhões de euros associados à carteira de créditos hipotecários em francos suíços, custo associado às moratórias de créditos hipotecários em zlotis de 282,8 milhões de euros, contribuição de 59,0 milhões de euros para o Fundo de Proteção Institucional (IPS)⁵ e registo da imparidade do *goodwill* do Bank Millennium de 102,3 milhões de euros.
 - **Contribuições obrigatórias para entidades nacionais do setor bancário em Portugal de 62,2 milhões de euros.**

¹ Sujeito à aprovação, já solicitada ao BCE, da aplicação do art. 352 (2) da CRR; Rácio *fully implemented* incluindo resultados não auditados de 2022. ² Requisitos prudenciais mínimos desde 1 de janeiro de 2023. ³ Antes de impostos e interesses que não controlam. ⁴ Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal. ⁵ Novo fundo polaco destinado a garantir a estabilidade do sistema financeiro, assegurando a liquidez e solvência dos bancos membros.

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço
Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
bernardo.collaco@millenniumbcp.pt
alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	31 dez. 22	31 dez. 21	Var. 22/21
BALANÇO			
Ativo total	89.861	92.905	(3,3 %)
Situação líquida	5.921	7.062	(16,2 %)
Crédito a clientes (líquido)	56.198	56.360	(0,3 %)
Recursos totais de clientes	92.808	90.097	3,0 %
Recursos de clientes de balanço	77.250	71.175	8,5 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.907	69.560	9,1 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	74,0 %	81,0 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	72,7 %	79,2 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	2.149,8	1.588,6	35,3 %
Produto bancário	2.867,5	2.334,4	22,8 %
Custos operacionais	1.073,0	1.115,6	(3,8 %)
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	1.056,5	1.024,9	3,1 %
Resultados de modificações	(309,9)	–	– %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	300,6	348,9	(13,8 %)
Outras imparidades e provisões	755,6	712,2	6,1 %
Impostos sobre lucros	304,3	203,6	49,5 %
Resultado líquido	207,5	138,1	50,3 %
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	3,0 %	2,6 %	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	0,1 %	0,0 %	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,5 %	0,3 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	4,0 %	2,4 %	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	7,3 %	3,3 %	
Taxa de margem financeira	2,46 %	1,93 %	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2)(3)	36,2 %	44,2 %	
Rácio de eficiência (2)	37,4 %	47,8 %	
Rácio de eficiência (2)(3)	36,8 %	43,9 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (2)(3)	37,0 %	42,6 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2)(3)	19,7 %	24,1 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	52	60	
<i>Non-Performing Exposures</i> (crédito) / Crédito a clientes	3,8 %	4,7 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE (crédito)	68,3 %	68,0 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,2 %	4,4 %	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	212 %	269 %	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR))	154 %	150 %	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	12,6 %	11,7 %	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	12,5 %	11,7 %	
Rácio total <i>fully implemented</i>	16,8 %	15,8 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	408	434	(6,0 %)
Atividade internacional	832	854	(2,6 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.252	6.289	(0,6 %)
Atividade internacional (5)	9.491	9.579	(0,9 %)

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário. Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., concretizada no quarto trimestre de 2021, o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo, em 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. Por outro lado, tendo em conta a venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), atualmente designada por Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A., através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo referente a 2021 foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação histórica, encontrando-se também refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM referentes a 2021 não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço destas operações no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço, relativos a 2021, não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros nesse período.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 16,5 milhões de euros em 2022 e de 90,7 milhões de euros em 2021, ambos antes de impostos. Em 2022, os itens específicos incluem: i) a distribuição de parte dos resultados obtidos em 2021 pelos colaboradores do Banco, conforme proposta aprovada na Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., realizada no dia 4 de maio de 2022; ii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores; iii) atribuição de um pagamento pontual a colaboradores como medida de mitigação dos impactos da inflação; e iv) a constituição de uma provisão para outras medidas de adaptação da estrutura. Em 2021 os itens específicos estão maioritariamente relacionados com custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal levado a cabo pelo Banco nesse ano, incluindo uma provisão constituída para o efeito, no montante de 84,2 milhões de euros.

(4) Os rácios de capital com referência a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios apurados para 31 de dezembro de 2022 correspondem a valores não auditados.

(5) Dos quais, na Polónia: 6.987 colaboradores em 31 de dezembro de 2022 (correspondendo a 6.860 FTE - *Full-time equivalent*) e 7.079 colaboradores em 31 de dezembro de 2021 (correspondendo a 6.942 FTE - *Full-time equivalent*). Em 31 de dezembro de 2021, o número de colaboradores associado à atividade internacional inclui 4 colaboradores afetos a Cayman inexistentes à data de 31 de dezembro de 2022, na medida em que a operação foi liquidada no decorrer do ano.

RESULTADOS E ATIVIDADE EM 2022

A eclosão da guerra na Ucrânia, decorrente da invasão daquele país por parte da Federação Russa, em finais de fevereiro, marcou decisivamente o ano de 2022. Na sequência da crise geopolítica decorrente da invasão da Ucrânia, o Banco agiu em conformidade com as orientações da União Europeia e implementou um conjunto de mecanismos de acompanhamento da situação e de medidas de apoio ao povo ucraniano. A exposição direta do Grupo às economias dos dois países envolvidos no conflito não se afigura material. No entanto, a elevada incerteza que prevalece quanto ao desfecho do conflito não permite, nesta fase, excluir liminarmente impactos futuros significativos, que não são neste momento passíveis de previsão ou quantificação.

Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com a Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., concretizada no quarto trimestre de 2021, o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo, em 2021, foi contabilizado como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. Por outro lado, tendo em conta a venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), atualmente designada por Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A., através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo referente a 2021 foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação histórica, encontrando-se também refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM referente a 2021 não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço destas operações no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados para esse ano e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros nesse período.

No quarto trimestre de 2022, o Banco procedeu à reclassificação do montante associado aos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) na Polónia, promulgado em julho do mesmo ano, que se encontrava contabilizado em outras imparidades e provisões, passando a reconhecer estes custos como resultados de modificações. Essa rubrica também passou a incluir modificações contratuais, de acordo com a IFRS9, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira. Os montantes referentes a 2021, dada a sua imaterialidade neste contexto, não foram reexpressos.

Em 2022, o Banco Comercial Português, S.A. concluiu o Projeto Crow, relativo à venda de Unidades de Participação no Fundo de Recuperação Turismo, Fundo de Capital de Risco e FLIT-PTREL-SIF, S.C.A., bem como de outros ativos do sector hoteleiro. Tendo em conta que o Banco já havia constituído provisões para os potenciais impactos decorrentes da redução da exposição a estes ativos, a conclusão desta transação não produziu um impacto material nos resultados consolidados.

Em 2022, o Grupo liquidou as suas subsidiárias BCP Finance Company e Millennium bcp Bank & Trust.

RESULTADOS

O **resultado líquido** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 207,5 milhões de euros em 2022, situando-se significativamente acima dos 138,1 milhões de euros alcançados no ano anterior.

Esta evolução do resultado líquido do Grupo ficou a dever-se ao crescimento expressivo registado na atividade em Portugal, ainda que o seu impacto tenha sido em grande parte atenuado pela evolução do resultado da atividade internacional, decorrente do resultado negativo associado à subsidiária polaca.

Nesse sentido, refira-se que não obstante o bom desempenho operacional do Bank Millennium S.A., os fatores de incerteza, nomeadamente os impactos materiais decorrentes de novas medidas legislativas, levaram a que fosse considerada a imparidade total do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. no montante de 102,3¹ milhões de euros a 30 de junho de 2022.

Por outro lado, importa salientar que apesar de continuar a ser negativo, o resultado líquido da subsidiária polaca evoluiu favoravelmente face ao último ano, não obstante o agravamento dos efeitos extraordinários que têm vindo a condicionar fortemente o seu desempenho, tendo inclusivamente regressado aos resultados positivos no quarto trimestre de 2022, após um período alargado de trimestres com resultados negativos.

Neste âmbito, salienta-se o reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) promulgado pelo Presidente da República da Polónia em julho de 2022. Assim, na sequência da assinatura pelo Presidente da República da Polónia da Lei de 7 de julho de 2022 sobre *crowdfunding* para *business ventures* e assistência a mutuários, introduzindo, entre outros, o acesso a moratórias (*credit holidays*) de até oito meses em 2022-2023 para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlotis, o Banco estimou o impacto máximo da implementação desta Lei se todos os mutuários elegíveis viessem a utilizar este instrumento, tendo reconhecido antecipadamente 80% dos respetivos custos nos resultados do terceiro trimestre de 2022, correspondendo a 304,6¹ milhões de euros. No quarto trimestre de 2022, foi efetuada uma revisão do custo efetivo e da utilização das moratórias de crédito pelos mutuários elegíveis no segundo semestre de 2022 e analisados os pedidos em curso para suspender as prestações do crédito à habitação em zlotis no ano de 2023. Como resultado dessa revisão, o custo total estimado das moratórias de crédito foi reduzido para 282,8¹ milhões de euros no final de 2022, com impacto positivo nos resultados do quarto trimestre do ano. Estes custos encontram-se reconhecidos na rubrica resultados de modificações, justificando a quase totalidade do saldo da mesma em 2022.

Por outro lado, o resultado da operação na Polónia continuou a ser penalizado pelo acréscimo dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a mesma esteve sujeita. Nesse sentido, merece especial destaque a contribuição para o recém-criado fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), que ascendeu a 59,0¹ milhões de euros em 2022, inexistente em 2021. Este fundo, constituído pelo Banco em conjunto com as restantes instituições financeiras aderentes, foi criado com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro local, assegurando a liquidez e solvência dos bancos membros, servindo simultaneamente para apoiar situações de reestruturação forçada realizada pelo Fundo de Garantia Bancária em bancos que sejam sociedades anónimas.

Os custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, por sua vez, apesar de continuarem a penalizar fortemente o desempenho da subsidiária polaca, registaram, globalmente, uma redução de 27,5¹ milhões de euros, passando de 553,2¹ milhões de euros em 2021, para 525,6¹ milhões de euros em 2022. As provisões adicionais constituídas para fazer face ao risco legal implícito nesta carteira representam a parcela mais significativa destes custos, tendo a sua redução face ao ano anterior contribuído decisivamente para a evolução favorável do montante global. Por outro lado, o Bank Millennium continua focado na redução da carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, através da realização de acordos com os seus Clientes visando a alteração dos contratos, a conversão dos créditos para moeda local ou o seu reembolso (total ou parcial) antecipado, traduzindo-se num aumento dos custos inerentes. Os custos judiciais relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium também se revelaram superiores face ao ano anterior.

¹ Antes de impostos e no caso dos montantes referentes ao Bank Millennium S.A., antes de interesses que não controlam.

Apesar dos impactos anteriormente mencionados, o desempenho favorável do resultado líquido do Grupo foi possível sobretudo graças à evolução dos proveitos *core*, que se revelaram 26,1% superiores face aos 2.316,3 milhões de euros apurados em 2021, alcançando 2.921,7 milhões de euros no final de 2022. O crescimento dos proveitos *core* foi transversal à generalidade das geografias em que o Banco opera, tendo a subsidiária polaca contribuído fortemente para esta evolução, impulsionada pelo aumento, de aproximadamente 70%, registado na margem financeira.

Paralelamente, o desempenho do resultado do Grupo beneficiou também da redução registada nos custos operacionais, apesar da subida da inflação observada nas várias geografias em que o Banco opera, uma vez que o exercício anterior havia sido penalizado pela provisão extraordinária reconhecida como custos com o pessoal na atividade em Portugal, com o objetivo de fazer face aos custos com o ajustamento do quadro de pessoal levado a cabo pelo Banco nesse ano.

Excluindo a referida provisão, no montante de 84,2 milhões de euros, considerada como item específico, e excluindo também os restantes itens específicos em ambos os períodos, o resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 1.865,1 milhões de euros no final de 2022, evidenciando um aumento significativo de 44,4% face aos 1.291,4 milhões de euros alcançados no ano anterior. O resultado operacional *core stated*, por sua vez, aumentou 54,0%, de 1.200,7 milhões de euros em 2021, para 1.848,7 milhões de euros em 2022.

Para além do aumento dos proveitos *core* e da redução dos custos operacionais, o resultado líquido do Grupo beneficiou também do menor nível de provisionamento do crédito e, em menor dimensão, do aumento registado quer nos resultados por equivalência patrimonial quer nos rendimentos de instrumentos de capital.

Inversamente, o resultado líquido do Grupo em 2022 encontra-se penalizado conforme referido anteriormente quer pelo reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*), reconhecidos na rubrica de resultados por modificações, quer pela evolução das outras imparidades e provisões, condicionada pelo reconhecimento da imparidade total do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. Os outros proveitos de exploração líquidos, fortemente condicionados pelo aumento das contribuições obrigatórias tanto na atividade em Portugal, como na operação polaca, e os resultados em operações financeiras também apresentaram uma evolução desfavorável face ao ano anterior.

Por último refira-se o resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação, que evoluiu de 70,9 milhões de euros em 2021, para 5,5 milhões de euros no ano corrente. Em 2021, o resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação reflete os impactos positivos decorrentes da venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., e de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), atualmente designada por Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A., ocorridos nesse ano. Em 2022, esta rubrica incorpora o acerto do preço de venda do Banque Privée, conforme condições previamente acordadas² e a correção da mais valia gerada na participação que o Grupo detinha na “SIM”.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido ascendeu a 353,6 milhões de euros em 2022, apresentando um crescimento expressivo face aos 172,8 milhões de euros alcançados no ano anterior.

O desempenho da atividade em Portugal beneficiou em larga medida do crescimento de 165,9 milhões de euros registado nos proveitos *core*, que passaram de 1.345,7 milhões de euros em 2021, para 1.511,5 milhões de euros em 2022, como resultado da evolução favorável evidenciada principalmente pela margem financeira, mas também pelas comissões líquidas.

Por outro lado, a redução registada nos custos operacionais determinada pela constituição, em 2021, de uma provisão, no montante de 84,2 milhões de euros, reconhecida como custos com o pessoal, para fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal, que o Banco levou a cabo nesse ano, também contribuiu significativamente para a evolução favorável do resultado líquido da atividade em Portugal.

² O preço de venda recebido pode ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de *stocks* e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas.

Mesmo excluindo a referida provisão, considerada como item específico, e excluindo também os restantes itens específicos³ em ambos os anos, os custos operacionais na atividade em Portugal apresentaram uma redução face ao ano anterior, o que conjuntamente com a expansão dos proveitos *core* levou a um crescimento de 24,6% do resultado operacional *core* excluindo os itens específicos, de 743,5 milhões de euros em 2021, para 926,3 milhões de euros em 2022. O resultado operacional *core stated*, na atividade em Portugal, por sua vez, aumentou de 652,8 milhões de euros em 2021, para 909,8 milhões de euros em 2022.

Adicionalmente, importa também salientar a expressiva redução das necessidades de provisionamento da carteira na atividade em Portugal, face ao ano anterior, refletindo uma melhor perspetiva do risco desta carteira em relação a 2021. Embora com menor expressão, também os resultados por equivalência patrimonial e os rendimentos de instrumentos de capital contribuíram favoravelmente para a evolução do resultado líquido na atividade em Portugal no último ano.

Inversamente, a evolução do resultado líquido da atividade em Portugal foi condicionada pelo aumento das outras imparidades e provisões e pelo pior desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos e dos resultados em operações financeiras face ao ano anterior.

Na atividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 146,1 milhões de euros negativos em 2022, apresentando uma quebra muito significativa face aos 34,7 milhões de euros também negativos apurados em 2022, pese embora a generalidade das operações no exterior tenha melhorado os seus resultados face a 2021. De facto, a evolução do resultado da atividade internacional face ao ano anterior foi penalizada pela constituição da imparidade, no montante de 102,3 milhões de euros, respeitante à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium, S.A., não obstante o bom desempenho operacional desta subsidiária.

O resultado líquido da atividade internacional foi ainda influenciado pela quebra verificada nos resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação decorrente dos impactos positivos ocorridos em 2021, associados à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., e de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), atualmente designada por Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A., ocorridos nesse ano.

A evolução do resultado líquido da atividade internacional, por outro lado, beneficiou tal como referido anteriormente, da melhoria dos resultados apresentados quer pelas subsidiárias polaca e moçambicana, quer pela operação angolana.

Apesar de manter um sólido desempenho operacional e do seu contributo ter melhorado face ao ano anterior, a subsidiária polaca continua, no entanto, a apresentar um resultado negativo, decorrente dos efeitos extraordinários que têm vindo a condicionar fortemente o seu desempenho.

Nesse sentido, além do reconhecimento antecipado dos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*), reconhecidos em 2022 como resultados de modificações, no montante de 282,8 milhões de euros, também o agravamento das contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca esteve sujeita (de 94,4 milhões de euros em 2021, para 120,9 milhões de euros em 2022), influenciou o desempenho da atividade internacional. Por outro lado, os custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, apesar de continuarem a penalizar fortemente o resultado da operação polaca, registaram, globalmente, uma redução de 27,5 milhões de euros no último ano, passando de 553,2 milhões de euros em 2021, para 525,6 milhões de euros em 2022.

O impacto dos efeitos extraordinários acima referidos foi mitigado pelo aumento expressivo registado nos proveitos *core* da atividade internacional, que evoluíram de 970,7 milhões de euros em 2021 para 1.410,1 milhões de euros em 2022. Para esta evolução foi decisivo o desempenho da margem financeira na operação polaca, impulsionado pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência verificados entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre

³ O resultado líquido apresentado inclui o impacto negativo de 16,5 milhões de euros em 2022 e de 90,7 milhões de euros em 2021, ambos antes de impostos, considerados itens específicos, integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, em ambos os anos. Em 2022, os itens específicos incluem: i) a distribuição de parte dos resultados obtidos em 2021 pelos colaboradores do Banco, conforme proposta aprovada na Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., realizada no dia 4 de maio de 2022; ii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores; iii) atribuição de um pagamento pontual a colaboradores como medida de mitigação dos impactos da inflação; e iv) a constituição de uma provisão para outras medidas de adaptação da estrutura. Em 2021 os itens específicos estão maioritariamente relacionados com custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal levado a cabo pelo Banco nesse ano, incluindo uma provisão constituída para o efeito, no montante de 84,2 milhões de euros.

de 2022, pondo termo ao período de taxas próximas de zero fixadas pelo banco central da Polónia na fase inicial da pandemia.

Beneficiando do aumento dos proveitos *core* e não obstante o impacto dos níveis crescentes de inflação nos custos operacionais, o resultado operacional *core* da atividade internacional apresentou um crescimento de 71,4%, de 547,9 milhões de euros em 2021, para 938,9 milhões de euros em 2022.

A **margem financeira** ascendeu a 2.149,8 milhões de euros em 2022, evidenciando um crescimento significativo de 35,3% face aos 1.588,6 milhões de euros apurados no ano anterior. A evolução favorável da margem financeira foi transversal à generalidade das geografias em que o Banco opera, assumindo maior expressão o crescimento obtido pela subsidiária polaca, quase a alcançar os 70%.

Na atividade em Portugal, a margem financeira situou-se 14,4% acima dos 831,3 milhões de euros apurados em 2021, totalizando 951,0 milhões de euros no final de 2022. O desempenho favorável da margem financeira na atividade em Portugal reflete o impacto positivo decorrente da gestão da carteira de títulos, bem como a evolução favorável do negócio comercial. Nesse sentido, pese embora os restantes títulos também tenham gerado rendimentos superiores face aos registados em 2021, merece particular destaque o maior contributo do rendimento gerado pela carteira de dívida pública, beneficiando da evolução das taxas de juro e da rotação da carteira.

O maior rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, decorre, por um lado, do aumento registado nos volumes de crédito e por outro, dos recentes aumentos registados nas taxas de juro que têm vindo a ter um impacto crescente no rendimento gerado pela carteira de crédito *performing*. Para a evolução favorável dos proveitos gerados pelo crédito contribuíram, em larga medida, os empréstimos concedidos às empresas no âmbito das garantias nacionais e europeias de apoio à atividade em Portugal. Os recursos de clientes, pese embora o aumento a que se assistiu no saldo médio dos depósitos remunerados face a 2021, tiveram ainda um impacto pouco expressivo na evolução da margem financeira na atividade em Portugal.

A margem financeira da atividade em Portugal beneficiou ainda do maior rendimento proveniente dos outros ativos e passivos e da aplicação líquida dos excedentes de liquidez junto de outras instituições de crédito. Por outro lado, destaca-se a redução dos custos suportados com a emissão de dívida subordinada, refletindo o vencimento de algumas emissões durante o último ano.

O desempenho da margem financeira na atividade em Portugal foi também influenciado pelos menores proveitos resultantes do financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, através da participação nas operações de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO). Com efeito, os proveitos contabilizados em 2022, decorrentes da taxa de juro negativa aplicada, foram inferiores aos registados em 2021, devido, por um lado, à perda de bonificação associada à referida taxa de juro, que se verificou a partir de 23 de junho de 2022, e por outro, à alteração da metodologia de cálculo dos juros. Paralelamente, refira-se o aumento na margem financeira decorrente das aplicações de liquidez junto do Banco de Portugal.

Por último, refira-se o aumento, face ao ano anterior, dos custos suportados com a dívida emitida, resultante das emissões colocadas no mercado no decorrer de 2021 e de 2022, apenas parcialmente compensado pela liquidação de uma emissão de obrigações hipotecárias em maio de 2022. Nesse sentido, refira-se a execução de uma emissão *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros, no primeiro trimestre de 2021, bem como uma nova emissão, de títulos representativos de dívida social *senior preferred*, também no montante de 500 milhões de euros, no final do terceiro trimestre de 2021, ambas colocadas ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco. Também ao abrigo do seu *Euro Note Programme*, o Banco voltou ao mercado, em outubro de 2022, para colocar uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial, no montante de 350 milhões de euros. De referir que todas as emissões mencionadas visam o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*).

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 1.198,8 milhões de euros no final de 2022, apresentando um crescimento muito significativo de 58,3% face aos 757,3 milhões de euros apurados em 2021. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente ao desempenho da subsidiária polaca, sendo que a margem financeira na subsidiária em Moçambique também apresentou um desempenho favorável, ainda que com um impacto de menor dimensão.

Na subsidiária polaca, a margem financeira foi impulsionada pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência verificados entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022, pondo termo ao período de taxas próximas de zero fixadas pelo banco central da Polónia na fase inicial da pandemia e que vinham a penalizar a margem financeira da subsidiária. O impacto destes aumentos das taxas de juro fez-se sentir sobretudo na margem do crédito a clientes, que assumiu um papel decisivo na evolução favorável da margem financeira da subsidiária.

Por outro lado, o desempenho favorável da margem financeira na operação moçambicana beneficiou do aumento das taxas de juro, potenciado pela evolução cambial do metical face ao euro.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira fixou-se em 2,46% em 2022 evoluindo favoravelmente face aos 1,93% registados no ano anterior, refletindo sobretudo o desempenho da atividade internacional, sendo que na atividade em Portugal a taxa de margem financeira também registou uma subida face ao ano anterior, pese embora menos significativa.

Assim, na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira evoluiu de 1,44% em 2021, para 1,53% em 2022, influenciada, principalmente, pelo aumento das taxas de juro subjacentes às carteiras de crédito e de dívida pública.

Por sua vez, a taxa de margem financeira na atividade internacional, registou uma subida significativa, de 3,09% em 2021, para 4,77% em 2022, refletindo maioritariamente o impacto da inversão da política monetária do banco central da Polónia, que após um período com taxas próximas de zero, anunciou sucessivos aumentos entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, evoluíram favoravelmente de 57,9 milhões de euros em 2021, para 78,8 milhões de euros no final de 2022, refletindo principalmente o desempenho da atividade em Portugal, sendo que na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial também melhoraram face aos registados no ano anterior, ainda que numa dimensão mais reduzida.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital totalizaram 77,1 milhões de euros em 2022, aumentando 31,9 % face aos 58,4 milhões de euros apurados no ano anterior. Esta evolução reflete o desempenho quer dos rendimentos associados a investimentos que integram a carteira de ações da atividade em Portugal, que apresentaram um crescimento muito significativo face ao valor imaterial apurado no ano anterior, quer o aumento dos resultados por equivalência patrimonial, nomeadamente no que respeita aos rendimentos gerados pela participação na Unicre e ao maior contributo da participação na Millenniumbcp Ageas em 2022.

Na atividade internacional, a evolução dos resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, de 0,6 milhões de euros negativos em 2021 para 1,7 milhões de euros positivos em 2022, beneficiou da apropriação dos resultados gerados pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), atualmente designada por Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A., na sequência da alienação, no final de 2021, pelo BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. ("BIM") à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., de ações representativas de 70% do capital social e direitos de voto da SIM, mantendo o BIM aproximadamente 22% do respetivo capital social. Os resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico em Angola não tiveram um impacto material na evolução desta rubrica.

As **comissões líquidas** apresentaram um crescimento de 6,1% face aos 727,7 milhões de euros registados em 2021, ascendendo a 771,9 milhões de euros no final de 2022. Este desempenho reflete, em parte, a progressiva normalização da atividade económica, decorrente da evolução favorável da pandemia associada à COVID-19.

O desempenho favorável das comissões líquidas, no seu conjunto, foi determinado pelo aumento registado na atividade em Portugal, refletindo a evolução das comissões bancárias, sendo que as comissões relacionadas com os

mercados também se situaram num patamar superior ao alcançado no ano anterior, ainda que com um impacto mais reduzido. O contributo da atividade internacional para esta rubrica, por sua vez, foi ligeiramente inferior ao apurado em 2021, com o aumento das comissões bancárias a ser totalmente absorvido pela quebra registada nas comissões relacionadas com os mercados.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas cresceram 9,0% face aos 514,3 milhões de euros registados em 2021, ascendendo a 560,6 milhões de euros no final do ano corrente. Este desempenho reflete, em parte, a progressiva normalização da atividade económica, decorrente da evolução favorável da pandemia associada à COVID-19. Tanto as comissões relacionadas com o negócio bancário, que apresentaram um aumento de 40,7 milhões de euros (9,4%), como as comissões relacionadas com os mercados financeiros, que se situaram 5,5 milhões de euros (6,7%) acima do montante contabilizado em 2021, contribuíram para a evolução favorável das comissões líquidas na atividade em Portugal. As comissões relacionadas com transferências de valores que incluem maioritariamente os montantes cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, pelas transferências bancárias e pela utilização de pontos de venda (POS), foram as principais responsáveis por este desempenho, refletindo em larga medida a recuperação dos níveis de transacionalidade existentes antes do surgimento da pandemia, a par do crescimento das comissões de gestão e manutenção de contas, refletindo, por um lado, a dinâmica de angariação de novos clientes e, por outro, um maior dinamismo comercial e uma gestão adequada das propostas de valor, com a adesão dos clientes a soluções e pacotes de serviços integrados.

Na atividade internacional, as comissões líquidas totalizaram 211,4 milhões de euros no final de 2022, situando-se 1,0% abaixo dos 213,4 milhões de euros apurados em 2021. Não obstante a variação pouco expressiva evidenciada pelas comissões líquidas na atividade internacional, importa referir que se assistiu a evoluções de sentido oposto que praticamente se compensaram, com o aumento registado na operação em Moçambique a ser completamente absorvido pela redução ocorrida na subsidiária polaca. Em ambas as geografias, a evolução registada foi potenciada pela evolução cambial das respetivas moedas face ao euro.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	2022	2021	Var. 22/21
COMISSÕES BANCÁRIAS	664,6	614,9	8,1 %
Cartões e transferências de valores	220,3	181,8	21,1 %
Crédito e garantias	144,4	154,9	(6,8 %)
<i>Bancassurance</i>	119,4	116,1	2,8 %
Gestão e manutenção de contas	165,5	148,5	11,4 %
Outras comissões	15,1	13,5	12,5 %
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	107,3	112,9	(5,0 %)
Operações sobre títulos	39,3	37,1	6,0 %
Gestão e distribuição de ativos	68,0	75,8	(10,3 %)
COMISSÕES LÍQUIDAS	771,9	727,7	6,1 %
das quais:			
Atividade em Portugal	560,6	514,3	9,0 %
Atividade internacional	211,4	213,4	(1,0)%

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 50,0 milhões de euros em 2022, situando-se 42,3% abaixo dos 86,5 milhões de euros alcançados no ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da atividade internacional, sendo que na atividade em Portugal os resultados em operações financeiras também se revelaram inferiores face aos apurados em 2021.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras ascenderam a 69,2 milhões de euros em 2022, evidenciando uma quebra de 8,4% face aos 75,6 milhões de euros apurados no ano anterior, influenciados sobretudo pelos menores resultados associados a títulos de dívida pública portuguesa face ao ano anterior.

Em contrapartida, os ganhos reconhecidos em 2022, decorrentes da reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial, apesar de não serem muito expressivos, contribuíram largamente para a evolução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal, na medida em que contrastam com os custos que haviam sido refletidos na conta de exploração do ano anterior. A este propósito, refira-se que, tal como comunicado ao mercado a 9 de janeiro de 2023, em complemento ao comunicado de 29 de dezembro de 2022, sobre a conclusão do Projeto Crow, relativo à venda de Unidades de Participação no Fundo de Recuperação Turismo, Fundo de Capital de Risco e FLIT-PTREL-SIF, S.C.A., bem como de outros ativos do sector hoteleiro, a conclusão desta transação teve um impacto imaterial nos resultados de 2022, tendo em conta que o Banco já havia constituído provisões para os potenciais impactos decorrentes da redução da exposição a estes ativos.

No que respeita à atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de um proveito de 11,0 milhões de euros em 2021, para um custo de 19,3 milhões de euros no final de dezembro de 2022. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, tendo sido ligeiramente atenuada pelo aumento registado na operação moçambicana.

Na subsidiária polaca, assumiu particular importância a quebra dos proveitos reconhecidos com a reavaliação das ações da Visa, sendo que os proveitos provenientes da carteira de crédito classificada obrigatoriamente ao justo valor através de resultados também registaram uma quebra face ao montante contabilizado em 2021. Os custos com operações cambiais, por sua vez, revelaram-se superiores face aos apurados no ano anterior, em parte influenciados pelo aumento dos custos suportados com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, que em 2022 penalizaram os resultados em operações financeiras em 82,0 milhões de euros, face aos 78,3 milhões de euros reconhecidos em 2021.

Na subsidiária em Moçambique assistiu-se à evolução favorável dos resultados em operações financeiras, determinada pelo aumento dos proveitos provenientes de operações cambiais realizadas com clientes e pela evolução cambial do metical face ao euro.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Em 2022, os outros proveitos de exploração líquidos cifraram-se em 182,9 milhões de euros negativos, que comparam com 126,3 milhões de euros também negativos apurados no ano anterior. Esta evolução encontra-se fortemente condicionada precisamente pelo aumento dos custos suportados com as contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer principalmente na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 66,1 milhões de euros negativos em 2021, para 76,3 milhões de euros também negativos no final de 2022, penalizados, conforme referido anteriormente, pelo aumento generalizado dos custos suportados com as contribuições obrigatórias. Em 2022, o montante global dos custos reconhecidos com contribuições obrigatórias na atividade em Portugal ascendeu a 88,5 milhões de euros, superando em 11,3 milhões de euros os 77,2 milhões de euros apurados no ano anterior. Importa salientar que do montante total suportado em 2022, 62,2 milhões de euros referem-se a contribuições destinadas a entidades nacionais (56,2 milhões de euros em 2021). Inversamente, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos na atividade em Portugal beneficiou do aumento expressivo dos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda, cujo montante apurado mais do que duplicou face ao ano anterior.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos totalizaram 106,7 milhões de euros negativos no final de dezembro de 2022, que compara com 60,3 milhões de euros também negativos reconhecidos em 2021. Esta evolução foi determinada pelo contributo da subsidiária polaca, nomeadamente pelo aumento dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a subsidiária esteve sujeita e pelos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira.

As contribuições obrigatórias suportadas pela operação polaca aumentaram 26,5 milhões de euros no último ano, de 94,4 milhões de euros em 2021, para 120,9 milhões de euros no final de 2022. Este aumento ficou a dever-se em

grande parte à contribuição para o fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), que ascendeu a 59,0 milhões de euros em 2022, inexistente em 2021. Este fundo foi criado com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro local, assegurando a liquidez e solvência dos bancos membros, servindo simultaneamente para apoiar situações de reestruturação forçada realizada pelo Fundo de Garantia Bancária em bancos que sejam sociedades anónimas. Nesse sentido, o Banco, em conjunto com as restantes instituições financeiras aderentes, criou uma sociedade que, por sua vez, constituiu um "fundo de proteção" para o qual cada banco contribuiria com o equivalente a 0,4% dos seus depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos local. Em contrapartida, na sequência da criação desta nova contribuição, em 2022 o Bank Millennium apenas suportou os custos com o fundo de garantia de depósitos respeitantes ao primeiro trimestre do ano, que se cifraram em 8,0 milhões de euros (15,2 milhões de euros em 2021). Inversamente, o imposto especial sobre o sector bancário polaco situou-se significativamente abaixo dos 68,5 milhões de euros contabilizados em 2021, totalizando 36,1 milhões de euros no final de 2022, refletindo a suspensão do seu pagamento na sequência da ativação do Plano de Recuperação do Bank Millennium.

No que respeita aos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos reflete, por um lado, o aumento de 10,1 milhões de euros decorrente dos custos judiciais relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium, que visam sobretudo reclamar a devolução dos custos associados à utilização do capital, por parte dos clientes, durante o período dos respetivos empréstimos, e por outro, a redução de 11,0 milhões de euros dos proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A.

Os **custos operacionais**, excluindo o efeito dos itens específicos³, totalizaram 1.056,5 milhões de euros em 2022, situando-se 3,1% acima dos 1.024,9 milhões de euros apurados no ano anterior. Não obstante a gestão disciplinada dos custos e a manutenção do enfoque do Grupo no compromisso assumido de melhoria de eficiência, esta evolução foi fortemente condicionada pela subida da inflação que se verificou nas várias geografias em que o Banco opera.

Neste sentido, refira-se que o desempenho dos custos operacionais do Grupo, excluindo os itens específicos³, foi determinado pelo aumento dos outros gastos administrativos, particularmente expressivo no que respeita à atividade internacional, pese embora na atividade em Portugal também se tenha registado um acréscimo face ao montante contabilizado no ano anterior.

Apesar de, em termos consolidados, os custos com o pessoal, excluindo os itens específicos³, terem permanecido em linha com o montante apurado em 2021, verificaram-se dinâmicas distintas no que respeita à sua evolução, na medida em que as poupanças alcançadas na atividade em Portugal foram integralmente absorvidas pelo aumento registado nas operações no exterior.

Ainda que numa dimensão muito mais reduzida, também o aumento das amortizações do exercício apurado na atividade internacional mais do que compensou a redução conseguida na atividade em Portugal, não tendo esta rubrica influenciado materialmente a evolução dos custos operacionais em termos consolidados.

Na atividade em Portugal, a evolução dos custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos³, de 602,2 milhões de euros em 2021, para 585,3 milhões de euros em 2022, foi determinada pela redução dos custos com o pessoal, decorrente da implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo em 2021. Importa referir que os custos decorrentes do referido ajustamento do quadro de pessoal, entre os quais se destaca a constituição de uma provisão, no montante de 84,2 milhões de euros, foram reconhecidos como itens específicos em 2021. Os custos operacionais na atividade em Portugal foram ainda influenciados, embora de forma

menos expressiva, pelo aumento dos outros gastos administrativos, destacando-se o aumento dos custos relacionados com energia e os impactos da elevada inflação que caracterizou o ano de 2022.

Na atividade internacional, os custos operacionais cifraram-se em 471,3 milhões de euros no final de 2022, situando-se 11,5% acima dos 422,7 milhões de euros contabilizados em 2021. Esta evolução ficou a dever-se ao desempenho quer da subsidiária polaca quer da subsidiária em Moçambique, em ambos os casos, refletindo os aumentos inflacionários registados nestas geografias, nos últimos meses.

Em termos consolidados, apesar dos custos operacionais, excluindo os itens específicos³, se terem revelado superiores face ao montante contabilizado em 2021, os rácios de eficiência e de eficiência *core* apresentaram uma melhoria significativa, beneficiando da evolução favorável quer do produto bancário, quer dos proveitos *core*, respetivamente. Assim, excluindo os itens específicos, o rácio de eficiência do Grupo passou de 43,9% em 2021 para 36,8% em 2022, enquanto o rácio de eficiência *core* do Grupo se fixou em 36,2% consideravelmente abaixo dos 44,2% apurados no ano anterior. Os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* evoluíram, respetivamente, de 47,8% para 37,4% e de 48,2% para 36,7% no mesmo período.

Os **custos com o pessoal**, não considerando o efeito dos itens específicos (16,5 milhões de euros em 2022 e 90,7 milhões de euros em 2021), mantiveram-se em linha face ao montante contabilizado no ano anterior, totalizando 564,3 milhões de euros no final de 2022.

Os itens específicos anteriormente referidos foram, em ambos os anos, integralmente reconhecidos na atividade em Portugal. Em 2022, os itens específicos incluem: i) a distribuição de parte dos resultados obtidos em 2021 pelos colaboradores do Banco, conforme proposta aprovada na Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., realizada no dia 4 de maio de 2022; ii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores; iii) atribuição de um pagamento pontual a colaboradores como medida de mitigação dos impactos da inflação; e iv) a constituição de uma provisão para outras medidas de adaptação da estrutura. Por outro lado, em 2021, os itens específicos estão sobretudo relacionados com custos suportados com o ajustamento do quadro de pessoal levado a cabo pelo Banco nesse ano, incluindo maioritariamente o impacto de uma provisão, no montante de 84,2 milhões de euros, constituída na sequência dos ajustamentos identificados como necessários pelo Banco.

Apesar de, em termos consolidados, os custos com o pessoal, excluindo os itens específicos, se situarem num patamar semelhante ao verificado no ano anterior, importa salientar a redução alcançada na atividade em Portugal, cujo impacto foi, no entanto, integralmente absorvido pelo aumento a que se assistiu na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal, excluindo o impacto dos itens específicos (16,5 milhões de euros em 2022 e 90,7 milhões de euros em 2021) totalizaram 322,2 milhões de euros no final de 2022, evidenciando uma quebra de 6,8% face aos 345,5 milhões de euros apurados no ano anterior. Este desempenho favorável ficou a dever-se sobretudo ao impacto da redução, em termos líquidos, do número de colaboradores, refletindo o impacto decorrente da implementação do já referido plano de ajustamento do quadro de pessoal. Nesse sentido refira-se que, durante o ano de 2021, o Banco reduziu em 724 colaboradores o seu quadro de pessoal na atividade em Portugal, a maioria dos quais no decorrer do segundo semestre, tendo terminado o ano com 6.289 colaboradores. Em 31 de dezembro de 2022 o número de colaboradores afetos à atividade em Portugal era de 6.252. Os custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal foram reconhecidos em 2021, sendo considerados como itens específicos, destacando-se, por assumir maior expressão, a já referida provisão, no montante de 84,2 milhões de euros.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal cifraram-se em 242,1 milhões de euros em 2022, situando-se 11,1% acima dos 218,0 milhões de euros apurados no ano anterior. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, pese embora na subsidiária em Moçambique também se tenha assistido a um aumento dos custos com o pessoal face ao ano anterior.

Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser determinada pela forte pressão sobre os salários base, decorrente quer dos crescentes níveis de inflação, quer das características do mercado de trabalho polaco, nomeadamente das taxas de desemprego muito baixas que se verificam no país. Nesse sentido, como forma de reter e motivar os colaboradores, também os montantes destinados aos prémios pagos aos colaboradores se situaram

num patamar superior ao verificado em 2021. Em contrapartida, o contexto desafiante que a subsidiária polaca tem vindo a enfrentar ditou a necessidade de prosseguir a melhoria de eficiência. Neste sentido, assistiu-se a uma progressiva redução do número total de colaboradores, de 7.079 colaboradores (6.942 FTE - *full time equivalent*) no final de 2021, para 6.987 colaboradores (6.860 FTE - *full-time equivalent*) em 31 de dezembro de 2022, cujo impacto se repercutiu de forma positiva na evolução dos custos com o pessoal da subsidiária e consequentemente da atividade internacional.

A operação em Moçambique, por sua vez, apesar de ter mantido estável o seu quadro de pessoal, contando com 2.504 colaboradores em 31 de dezembro de 2022 (2.496 colaboradores um ano antes), também evidenciou um aumento dos custos com o pessoal face ao ano anterior, justificado quer pela atualização salarial, quer sobretudo pela evolução cambial do metical face ao euro.

Os **outros gastos administrativos** em 2022 foram fortemente condicionados pelo aumento da inflação, tendo evoluído de 324,2 milhões de euros em 2021, para 353,0 milhões de euros no final de 2022. O aumento de 8,9% em termos consolidados ficou a dever-se essencialmente ao desempenho da atividade internacional, pese embora os outros gastos administrativos na atividade em Portugal também se tenham revelado superiores face aos registados no ano anterior.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 184,0 milhões de euros em 2022, situando-se 4,3% acima dos 176,4 milhões de euros registados em 2021. Este desempenho ficou a dever-se maioritariamente ao aumento, superior a 60%, registado nos custos relacionados com água, energia e combustíveis, refletindo sobretudo o cada vez mais elevado custo da energia.

Adicionalmente, o maior investimento por parte do Banco em tecnologia e cibersegurança provocou, inevitavelmente, um aumento dos respetivos custos, nomeadamente no que respeita à manutenção de *hardware* e *software*. Por outro lado, o modelo de *servicing* cada vez mais digital, com a crescente passagem das transações para as máquinas, traduziu-se no crescimento do parque de máquinas de depósitos instaladas nas sucursais, o que a par da inclusão de um maior número de sucursais no serviço de centralização de depósitos se refletiu no aumento dos custos associados a transporte de valores, pese embora o custo por transação tenha diminuído.

Paralelamente, a evolução favorável da pandemia associada à COVID-19 e a consequente retoma gradual da atividade económica repercutiu-se no desempenho dos outros gastos administrativos. Como tal, salienta-se, por um lado, o aumento dos custos suportados com estudos e consultas, deslocações, estadas e representações, rendas e patrocínios, e por outro, o desempenho favorável dos outros fornecimentos e serviços, trabalho independente e comunicações, relacionados com o trabalho remoto. Nesse sentido, refira-se a redução da atividade de recuperação judicial, decorrente da redução de processos e de *Non-performing exposures* (NPE) com impacto considerável nas despesas associadas a escritórios de advogados.

Por último, importa referir que o Banco tem prosseguido uma gestão disciplinada dos custos, implementando uma série de medidas nesse sentido. Entre as medidas referidas, destaque para o redimensionamento da rede de sucursais na atividade em Portugal, que evoluiu de 434 sucursais no final de 2021, para 408 sucursais em 31 de dezembro de 2022, cujo impacto positivo se fez sentir na generalidade das rubricas que compõem os outros gastos administrativos, a par de um conjunto de iniciativas recorrentes com o objetivo de otimização da estrutura de custos do Banco.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 168,9 milhões de euros em 2022, representando um aumento de 14,3% face aos 147,8 milhões de euros apurados no ano anterior, refletindo em larga medida o já referido aumento generalizado dos preços. Esta evolução ficou a dever-se ao desempenho quer da subsidiária polaca, quer da subsidiária em Moçambique, com esta última a ser penalizada, acima de tudo, pela evolução cambial do metical face ao euro. A evolução dos outros gastos administrativos na subsidiária em Moçambique ficou a dever-se também, entre outros fatores de menor relevância, ao aumento dos *fees* de gestão, uma vez que os mesmos estão associados aos resultados obtidos pela subsidiária, que em 2022 se revelaram superiores face aos obtidos no ano anterior. Por outro lado, importa referir que a evolução dos outros gastos administrativos, na atividade internacional, continua a beneficiar das sinergias obtidas na sequência da otimização da rede de sucursais verificada sobretudo na subsidiária polaca cujo número evoluiu das 655 sucursais existentes no final de dezembro de 2021, para

635 sucursais em 31 de dezembro de 2022. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o ano de 2022 com 197 sucursais, menos duas do que no final do ano anterior.

As **amortizações do exercício** cifraram-se em 139,2 milhões de euros em 2022, situando-se ligeiramente acima (+1,5%) do montante contabilizado no ano anterior. Embora em termos consolidados as amortizações do exercício tenham permanecido num patamar semelhante ao do ano anterior, assistiu-se a evoluções de sentidos opostos, com a redução obtida na atividade em Portugal a ser totalmente absorvida pelo aumento registado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício fixaram-se em 79,1 milhões de euros no final do ano corrente situando-se ligeiramente abaixo (1,5%) do montante apurado em 2021, não obstante o reforço do investimento concentrado em *software* e equipamento informático, face ao compromisso do Banco com o processo de transformação digital.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício ascenderam a 60,2 milhões de euros em 2022, situando-se 5,8% acima dos 56,9 milhões de euros registados em 2021. Este desempenho foi determinado pela atividade da subsidiária em Moçambique, refletindo sobretudo a evolução cambial do metical face ao euro, uma vez que em moeda local as amortizações do exercício desta subsidiária revelaram um crescimento mais modesto. Inversamente, o aumento das amortizações do exercício na subsidiária polaca, foi atenuado pelo impacto decorrente da evolução cambial do zloti face ao euro, assumindo um valor pouco material.

CUSTOS OPERACIONAIS (1)

Milhões de euros

	2022	2021	Var. 22/21
Custos com o pessoal	564,3	563,6	0,1 %
Outros gastos administrativos	353,0	324,2	8,9 %
Amortizações do exercício	139,2	137,2	1,5 %
CUSTOS OPERACIONAIS	1.056,5	1.024,9	3,1 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	585,3	602,2	(2,8 %)
Atividade internacional	471,3	422,7	11,5 %
Rácio de eficiência <i>core</i> do Grupo	36,2 %	44,2 %	
Rácio de eficiência do Grupo	36,8 %	43,9 %	

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

Os **resultados de modificações**, inexistentes em 2021, totalizaram 309,9 milhões de euros negativos em 2022.

O montante reconhecido em resultados de modificações, em 2022, resulta maioritariamente da reclassificação, no quarto trimestre do ano, do montante associado aos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias na Polónia (*credit holidays*), promulgado pelo Presidente da República da Polónia em julho do mesmo ano, que se encontrava contabilizado em outras imparidades e provisões. Esta rubrica também passou a incluir modificações contratuais, de acordo com a IFRS9, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira. Os montantes referentes a 2021, dada a sua imaterialidade neste contexto, não foram reexpressos.

Neste âmbito, refira-se que, na sequência da assinatura pelo Presidente da República da Polónia da Lei de 7 de julho de 2022 sobre *crowdfunding* para *business ventures* e assistência a mutuários, introduzindo, entre outros, o acesso a moratórias (*credit holidays*) de até oito meses em 2022-2023 para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlotis, o Banco estimou o impacto máximo da implementação desta Lei se todos os mutuários elegíveis viessem a utilizar este instrumento, tendo reconhecido antecipadamente 80% dos respetivos custos nos resultados do terceiro trimestre de 2022, correspondendo a 304,6 milhões de euros. No quarto trimestre de 2022, foi efetuada uma revisão do custo efetivo e da utilização das moratórias de crédito pelos mutuários elegíveis no segundo semestre de 2022 e analisados os pedidos em curso para suspender as prestações do crédito à habitação em zlotis no ano de 2023. Como resultado dessa revisão, o custo total estimado das moratórias de crédito foi reduzido para 282,8 milhões de euros no final de 2022, com impacto positivo nos resultados do quarto trimestre do ano.

Em 2022, as dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) totalizaram 300,6 milhões de euros, apresentando uma redução de 13,8% face aos 348,9 milhões de euros contabilizados em 2021, graças à evolução favorável registada na atividade em Portugal, ligeiramente atenuada pelo desempenho da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) totalizaram 218,4 milhões de euros em 2022, situando-se 20,1% abaixo dos 273,3 milhões de euros reconhecidos no ano anterior, refletindo uma melhor perspectiva do risco da carteira de crédito em relação ao ano anterior.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se 8,8% acima dos 75,6 milhões de euros reconhecidos em 2021, fixando-se em 82,2 milhões de euros no final de 2022. Esta evolução ficou a dever-se ao maior nível de provisionamento requerido quer pela subsidiária polaca, quer pela subsidiária em Moçambique.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações), em termos consolidados, permitiu que o custo do risco do Grupo, líquido de recuperações, registasse uma melhoria significativa em relação aos 60 pontos base observados em 2021, fixando-se em 52 pontos base no final de 2022.

O desempenho da atividade em Portugal foi decisivo para esta evolução, com o custo do risco (líquido de recuperações) a reduzir de 69 pontos base em 2021, para 54 pontos base no ano corrente.

Na atividade internacional, por sua vez, o custo do risco líquido de recuperações sofreu um agravamento, ao evoluir de 41 pontos base para 47 pontos base no mesmo período.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 755,6 milhões de euros em 2022, aumentando 6,1% face aos 712,2 milhões de euros registados em 2021, devido sobretudo ao desempenho da atividade em Portugal.

As outras imparidades e provisões, na atividade em Portugal, cifraram-se em 205,3 milhões de euros no final de 2022, apresentando um aumento de 24,1% face aos 165,4 milhões de euros reconhecidos no ano anterior. Esta evolução reflete, em larga medida, o maior nível de provisionamento requerido pelos outros ativos, sobretudo no que respeita aos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente aos imóveis recebidos por recuperação, refletindo a aplicação de pressupostos de valorização mais conservadores sobre a carteira de imóveis, não obstante a redução significativa registada em 2022. Paralelamente, assistiu-se também a um aumento das provisões, refletindo sobretudo a evolução das provisões constituídas para outros riscos e encargos. Ainda que com um impacto menos material, as provisões para contingências fiscais também apresentaram um crescimento face a 2021, na mesma ordem de grandeza da redução verificada nas provisões para garantias e outros compromissos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 550,3 milhões de euros em dezembro de 2022, mantendo-se em linha (+0,6%) face ao montante apurado no ano anterior.

Pese embora o montante global das outras imparidades e provisões na atividade internacional se tenha mantido estável face a 2021, este desempenho decorre de evoluções distintas que se compensaram entre si.

Nesse sentido, refira-se que não obstante o bom desempenho operacional do Bank Millennium S.A., a repercussão expectável que a subida das taxas de juro de referência tem na evolução prospetiva da margem financeira e o facto de o Bank Millennium S.A. manter recuperável o *goodwill* associado ao negócio de crédito ao consumo adquirido ao Euro Bank S.A., face à sensibilidade da estimativa de valor aos principais pressupostos considerados e à incerteza associada relativamente aos impactos materiais, no Plano de Negócios e projeções, decorrentes das eventuais medidas legislativas, entendeu-se considerar a imparidade total do *goodwill* atual associado à aquisição pelo Grupo BCP da percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. no montante de 102,3 milhões de euros a 30 de junho de 2022.

Em contrapartida, apesar de continuar a penalizar fortemente o resultado da subsidiária polaca, o reforço da provisão extraordinária, constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, evoluiu favoravelmente face aos 505,3 milhões de euros reconhecidos em 2021, fixando-se em 430,8 milhões de euros no final de dezembro do ano corrente. Em ambos os anos, o impacto destas provisões foi mitigado pelo reconhecimento de proveitos, refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. (48,0 milhões de euros em 2021 e 37,0 milhões de euros em 2022). As restantes provisões para outros riscos e encargos reconhecidas na subsidiária polaca também se revelaram inferiores face ao montante apurado em 2021.

Adicionalmente, o desempenho das outras imparidades e provisões na atividade internacional beneficiou também, ainda que numa dimensão mais reduzida, quer das menores imparidades reconhecidas para fazer face ao investimento na participação no Banco Millennium Atlântico, incluindo a imparidade para o *goodwill* reconhecida em 2022, quer da evolução favorável registada na subsidiária em Moçambique.

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros cifraram-se em 304,3 milhões de euros em 2022, montante que compara com 203,6 milhões de euros apurados no ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, em 2022, impostos correntes de 109,6 milhões de euros (81,4 milhões de euros em 2021) e impostos diferidos no montante de 194,7 milhões de euros (122,3 milhões de euros em 2021).

Os gastos por impostos correntes em 2022 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca.

Os gastos por impostos diferidos em 2022 decorrem do resultado do período da atividade em Portugal e estão influenciados pela não dedutibilidade fiscal de alguns tributos sobre o setor bancário em Portugal.

O resultado antes de imposto do grupo inclui o gasto de 102,3 milhões de euros relativo à imparidade do *goodwill* da subsidiária polaca, o qual não tem impacto ao nível dos impostos correntes e diferidos.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 89.861 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, evidenciando um decréscimo de 3,3% face aos 92.905 milhões de euros apurados no final do ano de 2021, não tendo o aumento do ativo da atividade internacional sido suficiente para compensar a redução de ativo verificada da atividade em Portugal.

O desempenho da atividade em Portugal traduziu-se num decréscimo de 5,9% do ativo total, face aos 67.216 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2021, tendo-se fixado em 63.268 milhões de euros no final do ano de 2022. Esta evolução é explicada pelas reduções das disponibilidades em Bancos Centrais (associada principalmente ao reembolso antecipado da maior parte do financiamento que havia sido contratado junto do Banco Central Europeu no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas), da carteira de títulos, sobretudo explicada pelo desinvestimento em dívida pública portuguesa e nos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos em dação. No sentido inverso, verificaram-se aumentos das aplicações em instituições de crédito e na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade).

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 26.593 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, evidenciando um aumento de 3,5% face aos 25.689 milhões de euros registados no final do ano anterior. No que diz respeito à evolução das rubricas de balanço, registaram-se aumentos nas disponibilidades em Bancos Centrais, na carteira de títulos e nas aplicações em outras instituições de crédito, que foram parcialmente anulados pela redução da carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e pelo reconhecimento da imparidade total do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da atual percentagem de controlo sobre a subsidiária polaca.

A **carteira de crédito (bruto)** consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, cifrou-se em 57.713 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, fixando-se num valor abaixo dos 58.231 milhões de euros apurados no final do ano anterior, devido sobretudo à redução verificada na atividade internacional, pese embora o aumento verificado na atividade em Portugal tenha compensado parcialmente essa redução.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 40.149 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, situando-se 0,7% acima dos 39.866 milhões de euros apurados no final de 2021. O crescimento da carteira líquida incorpora, por um lado, o aumento do crédito *performing* em 800 milhões de euros durante o ano de 2022 e, por outro, a redução das *non performing exposures* (NPE) em 517 milhões de euros, que passaram de 1.878 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 1.361 milhões de euros no final de 2022. De salientar que o Banco tem vindo a implementar com sucesso uma estratégia de desinvestimento em NPE, de forma a atingir os objetivos definidos no plano aprovado para a redução deste tipo de exposição.

Na atividade em Portugal, o crédito a particulares evoluiu de 20.505 milhões de euros existentes em 31 de dezembro de 2021 para 21.194 milhões de euros na mesma data de 2022, impulsionado sobretudo pela dinâmica verificada no crédito hipotecário, que face a 31 de dezembro de 2021 registou um aumento de 3,4%.

Ainda no que diz respeito à atividade em Portugal, o crédito a empresas desceu 2,1% face a 2021, cifrando-se em 18.955 milhões de euros no final de 2022. No que diz respeito ao crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português, em 31 de dezembro de 2022, o montante total de crédito ascendia a 2.042 milhões de euros, o que compara com 2.577 milhões de euros no final do ano anterior. No final de 2022, o montante total de crédito ao abrigo das linhas COVID-19 representava cerca de 5,1% da carteira de crédito total referente à atividade em Portugal.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 17.564 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, 4,4% abaixo dos 18.365 milhões de euros registados no final do ano de 2021. A subsidiária polaca apresentou uma queda do crédito face a 31 de dezembro de 2021, refletindo a redução do crédito hipotecário, como contrapartida da contabilização do programa de moratórias (*credit holidays*) e um menor nível de crédito concedido a empresas. Inversamente, a carteira de crédito na subsidiária em Moçambique registou um aumento, ampliado pela valorização do metical face ao euro.

A carteira de crédito a particulares na atividade internacional evidenciou uma contração, passando de 13.566 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 12.971 milhões de euros no final de 2022, sendo esta evolução explicada essencialmente pelo comportamento do crédito hipotecário na subsidiária polaca, como mencionado anteriormente.

A carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira, que é maioritariamente denominada em francos suíços, continuou a evidenciar uma tendência de descida relevante, passando de 2.185 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 1.504 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, representando 12,4% e 8,9% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 3,8% e 2,6% da carteira de crédito total do Grupo, no final do ano de 2021 e 2022, respetivamente.

De salientar que a carteira de crédito em moeda estrangeira antes das provisões para processos individuais relacionadas com crédito à habitação⁴ (as quais ascendem a 589 milhões de euros e a 904 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2022, respetivamente), descontada da parcela respeitante ao Euro Bank S.A. (cujo risco se encontra integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade), ascendia a 2.609 milhões de euros no final de 2021 e a 2.277 milhões de euros no final de 2022, traduzindo-se numa redução de 12,7% face ao período homólogo.

O crédito a empresas na atividade internacional registou uma diminuição de 4,3% em comparação com os 4.799 milhões de euros existentes em 31 de dezembro de 2021, cifrando-se em 4.593 milhões de euros no final de 2022. Por geografias, verificou-se uma contração de crédito na subsidiária polaca e um aumento do crédito na subsidiária em Moçambique, que não foi suficiente para evitar uma quebra nos montantes de crédito concedidos a empresas.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	Milhões de euros		
	31 dez. 22	31 dez. 21	Var. 22/21
PARTICULARES	34.165	34.071	0,3 %
Hipotecário	28.124	28.072	0,2 %
Pessoal	6.042	5.999	0,7 %
EMPRESAS	23.548	24.160	(2,5 %)
Serviços	8.037	8.297	(3,1 %)
Comércio	4.055	4.231	(4,2 %)
Construção	1.532	1.766	(13,2 %)
Outros	9.923	9.866	0,6 %
	57.713	58.231	(0,9 %)
do qual:			
Atividade em Portugal	40.149	39.866	0,7 %
Atividade internacional	17.564	18.365	(4,4)%

A **qualidade da carteira de crédito** continua a beneficiar do enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e das iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

Desde que eclodiu o conflito Rússia/Ucrânia, o Banco tem vindo a efetuar um conjunto de análises quantitativas e qualitativas para avaliar os potenciais impactos no desempenho da carteira de crédito. Esta avaliação foi realizada, particularmente, em Portugal e na Polónia, sendo esta última uma geografia potencialmente mais exposta aos impactos deste evento, considerando que se trata de um país vizinho da Ucrânia. Tendo em consideração que não é possível perspetivar qual a evolução que o conflito conhecerá, é difícil determinar em toda a sua extensão as consequências económicas na atividade do Banco e nas perspetivas a curto/médio prazo, nomeadamente no que respeita aos efeitos dos impactos no sector energético, nas cadeias de distribuição de vários produtos e *commodities*,

⁴ No primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a apresentação das provisões para processos individuais relacionados com crédito à habitação em francos suíços, tendo passado a alocar as provisões para riscos legais futuros e a reconhecê-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com a IFRS 9.

nas pressões inflacionistas e no nível de taxas de juro. No entanto, foram identificadas carteiras específicas como sendo potencialmente mais vulneráveis e para as quais foram postos em prática procedimentos de controlo mais apertados.

A qualidade do crédito continua a registar uma evolução favorável. Neste contexto, o rácio NPE, em termos consolidados, medido pela percentagem entre as *non performing exposures* e a carteira de crédito total, diminuiu de 4,7% no final de 2021 para 3,8% em 31 de dezembro de 2022, refletindo essencialmente o desempenho da carteira de crédito em Portugal, cujo rácio NPE fixou-se em 3,4% no final de 2022, o que compara com 4,7% registados no período homólogo do ano anterior.

Simultaneamente, os graus de cobertura por imparidades registaram uma evolução positiva, sendo de salientar que a cobertura de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, aumentou cerca de 58 pp em relação a 2021, passando de 151,2% no final de 2021 para 208,9% em 31 de dezembro de 2022. A cobertura de NPE por imparidade, em termos consolidados, fixou-se em 68,3% no final de 2022, mostrando alguma estabilidade face aos valores registados no ano anterior (68,0% em 31 de dezembro de 2021). Em Portugal, a cobertura de NPE por imparidade situou-se em 68,6% em 31 de dezembro de 2022, permanecendo também num patamar idêntico ao registado no ano anterior (68,5% em 31 de dezembro de 2021).

Ainda no que diz respeito aos rácios de graus de cobertura, destacamos que o grau de cobertura da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca⁵ foi reforçado de 25,7% em 31 de dezembro de 2021 para 46,8% em 31 de dezembro de 2022.

⁵ Rácio de cobertura medido entre o montante total das provisões constituídas (672 milhões de euros e 1.065 milhões de euros, incluindo quer as provisões constituídas diretamente por redução do valor do ativo, quer as provisões relevadas no passivo, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente) e o montante total da carteira antes do abate da respetiva parcela motivada pela constituição de provisões diretamente por via da redução de valor contabilístico bruto dos empréstimos e deduzida do montante total da exposição com origem no Euro Bank S.A. (2.609 milhões de euros e 2.277 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente).

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	31 dez. 22	31 dez. 21	Var. 22/21	31 dez. 22	31 dez. 21	Var. 22/21
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	57.713	58.231	(0,9 %)	40.149	39.866	0,7 %
Crédito vencido > 90 dias	496	949	(47,8 %)	180	586	(69,3 %)
Crédito vencido	590	1.080	(45,3 %)	201	605	(66,8 %)
Crédito reestruturado	1.866	2.564	(27,2 %)	1.341	2.069	(35,2 %)
NPL > 90 dias	725	1.237	(41,4 %)	333	776	(57,0 %)
NPE	2.218	2.752	(19,4 %)	1.361	1.878	(27,5 %)
Imparidade do crédito (balanço)	1.515	1.871	(19,0 %)	935	1.286	(27,3 %)
Imparidade NPE (balanço)	1.011	1.369	(26,2 %)	592	917	(35,5 %)
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	0,9 %	1,6 %		0,4 %	1,5 %	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,0 %	1,9 %		0,5 %	1,5 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	3,2 %	4,4 %		3,3 %	5,2 %	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,3 %	2,1 %		0,8 %	1,9 %	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	3,8 %	4,7 %		3,4 %	4,7 %	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	305,8 %	197,0 %		519,5 %	219,5 %	
Cobertura do Crédito vencido	256,7 %	173,3 %		465,6 %	212,6 %	
Cobertura de NPL > 90 dias	208,9 %	151,2 %		280,4 %	165,8 %	
Cobertura de NPE	68,3 %	68,0 %		68,6 %	68,5 %	
Cobertura específica de NPE	45,6 %	49,7 %		43,5 %	48,8 %	
EBA						
Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais)	2,6 %	3,2 %		2,4 %	3,1 %	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes** ascenderam a 92.808 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, apresentando uma evolução favorável, ao aumentar 3,0% face aos 90.097 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior. Este aumento, no montante de 2.711 milhões de euros face ao período homólogo, foi possível graças ao forte desempenho da atividade em Portugal, embora também tenha beneficiado em menor escala do aumento registado na atividade internacional. No que diz respeito à natureza dos recursos, registou-se um aumento dos recursos de balanço, por contrapartida de uma diminuição dos recursos fora de balanço.

Os recursos de clientes de balanço ascenderam a 77.250 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, evidenciando um aumento de 6.075 milhões de euros face aos 71.175 milhões de euros alcançados no final do ano anterior. Este aumento foi possível graças ao forte desempenho da atividade em Portugal, que registou um crescimento de 4.758 milhões de euros, mas também, ao contributo da atividade internacional, que apresentou um aumento de 1.317 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos de clientes fora de balanço ascenderam a 15.558 milhões de euros, diminuindo 17,8% face aos 18.922 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior, devido às quebras registadas tanto na atividade em Portugal, como internacional, mas neste caso numa menor escala.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes alcançaram 68.262 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, o que compara com 66.290 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior. Esta evolução é explicada pela evolução dos recursos de balanço, mais concretamente pelo crescimento dos depósitos e outros recursos de clientes, que aumentaram 5.021 milhões de euros face ao período homólogo, refletindo um incremento da poupança de particulares e a confiança na franquia do Banco.

Os recursos fora de balanço na atividade em Portugal decresceram 16,4% face ao período homólogo, passando de 16.972 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 14.185 milhões de euros no final de 2022, sendo esta diminuição notória em todos os segmentos de negócios.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes aumentaram 3,1% face aos 23.806 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2021, ascendendo a 24.546 milhões de euros no final de 2022.

Os recursos de balanço na atividade internacional fixaram-se em 23.173 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, 6,0% acima dos 21.856 milhões de euros registados no final de 2021, tendo beneficiado tanto do dinamismo da captação de recursos na operação polaca, como na operação em Moçambique, contudo neste caso o incremento foi de menor expressão.

Os recursos fora de balanço na atividade internacional diminuíram de 1.950 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 para 1.373 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Esta diminuição verificou-se em todos os segmentos de negócio, sendo a quebra nos ativos sob gestão a mais significativa em termos absolutos.

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos de clientes de balanço e os depósitos e outros recursos de clientes, em termos consolidados, representavam 83,2% e 81,8% dos recursos totais de clientes (79,0% e 77,2% para os dois rácios em 31 de dezembro de 2021, respetivamente).

O rácio de transformação, calculado de acordo com a definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 74,0% em 31 de dezembro de 2022, sendo que o mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 72,7%. Ambos os rácios apresentam valores abaixo dos obtidos na mesma data do ano anterior, 81,0% e 79,2%, respetivamente.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros		
	31 dez. 22	31 dez. 21	Var. 22/21
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	77.250	71.175	8,5 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.907	69.560	9,1 %
Débitos para com clientes titulados	1.343	1.615	(16,8 %)
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	15.558	18.922	(17,8 %)
Ativos sob gestão	5.114	5.773	(11,4 %)
Ativos distribuídos	5.102	6.486	(21,3 %)
Seguros de poupança e investimento	5.343	6.663	(19,8 %)
	92.808	90.097	3,0 %
do qual:			
Atividade em Portugal	68.262	66.290	3,0 %
Atividade internacional	24.546	23.806	3,1 %

Em 31 de dezembro de 2022, a **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, cifrou-se em 19.918 milhões de euros, evidenciando um decréscimo em relação aos 21.201 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 22,2% do ativo total no final de 2022 (22,8% no final de 2021).

O desempenho da carteira de títulos do Grupo foi determinado pelo decréscimo em 1.567 milhões de euros da carteira afeta à atividade em Portugal, cujo valor de balanço se fixou em 14.561 milhões de euros no final de 2022 face a 16.128 milhões de euros existentes em 31 de dezembro de 2021. Apesar do reforço da dívida pública estrangeira, nomeadamente dívida pública francesa e espanhola, a diminuição da carteira de títulos deve-se sobretudo ao desinvestimento em dívida soberana portuguesa.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional situou-se num patamar superior ao observado no final de 2021, tendo evoluído dos 5.072 milhões de euros apurados naquela data, para 5.357 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Relativamente ao investimento em dívida pública na atividade internacional, verificou-se uma redução face aos níveis registados no ano anterior, devido ao desinvestimento na dívida pública polaca, que não foi totalmente compensado pelo reforço da dívida pública moçambicana e de outros países.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Em 2022, as posições de liquidez do BCP, Bank Millennium e Banco Internacional de Moçambique (BIM) reforçaram a sua robustez, alicerçada sobretudo no crescimento das respetivas bases de depósitos de clientes. Este crescimento foi particularmente expressivo na operação em Portugal, onde atingiu cerca de 10%, sobretudo pela contribuição do segmento de depositantes de retalho. A principal fonte de financiamento da operação em Portugal viu assim reforçada a sua componente mais estável, que suportou, como em anos anteriores, uma evolução favorável do *gap* comercial.

Em consequência, os indicadores de risco de liquidez de cada uma das operações continuaram a cumprir por margem muito confortável todos os mínimos regulatórios e os mais estritos requisitos no *Risk Appetite Statement* ("RAS") do Grupo.

Assim, o rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*), indicador do risco de liquidez de curto prazo, situou-se em base consolidada em 212% no final de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 269%), largamente acima do requisito regulamentar mínimo de 100%, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez por parte do Grupo.

O rácio regulamentar de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*), indicador do risco de liquidez estrutural, cresceu de 150% em 31 de dezembro de 2021 para 154% em 31 de dezembro de 2022, também acima do mínimo regulamentar de 100%, sobretudo com base no crescimento da carteira de depósitos de clientes.

O rácio de transformação do crédito sobre depósitos, outro indicador estrutural do RAS (calculado de acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, em vigor), evoluiu também em sentido favorável na perspetiva da liquidez, decrescendo de 81% em 31 de dezembro de 2021 para 74% um ano depois.

De notar que, na sua revisão anual, os limites internos do RAS para 2023 não sofreram quaisquer alterações face aos vigentes em 2022.

No que respeita à presença do Banco no segmento de dívida do mercado de capitais, são de destacar os seguintes eventos, por ordem cronológica: (i) em maio, o BCP procedeu ao reembolso de uma emissão de obrigações hipotecárias no valor de 1.000 milhões de euros. Dada a posição excedentária do Banco em termos de liquidez, não houve necessidade de efetuar o refinanciamento do montante reembolsado em mercado; (ii) em outubro, o Banco colocou em mercado a sua terceira emissão de dívida sénior preferencial, num formato "3NC2" (emissão a três anos reembolsável antecipadamente ao segundo ano) e no montante de 350 milhões de euros. A operação teve em vista assegurar o cumprimento, com uma razoável folga, dos requisitos de "MREL" (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*), nomeadamente o *target* indicativo que vigorará durante 2023, a partir de 1 de janeiro. Esta emissão, com um cupão de 8,50%, ao ano (correspondendo a um *spread* de 554,7pb sobre *mid-swaps*), foi realizada em condições de mercado muito difíceis, demonstrando a capacidade do Banco em aceder a mercado mesmo em

contextos adversos e muito complexos; e (iii) em novembro, e considerando que atentas as condições de mercado vigentes o Banco tinha decidido não exercer, em dezembro, a opção de reembolso antecipado sobre uma emissão subordinada de 300 milhões de euros, o BCP lançou uma oferta de troca desses títulos não reembolsados, na proporção de 1:1, por outros da mesma natureza, a emitir. Assim, dado o não exercício da *call-option*, foi oferecida aos investidores a opção de trocar as obrigações detidas por outras de cupão mais elevado e prazo mais extenso. O montante da nova emissão subordinada 10,25NC5,25 foi fixado em 133,7 milhões de euros e o cupão em 8,75%, ao ano, correspondendo a um *spread* de 605,1pb sobre *mid-swaps*.

Ainda no que respeita à estrutura de financiamento, o BCP reembolsou antecipadamente em dezembro de 2022 a primeira tranche da Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada III (ORPA III, “T LTRO III” na abreviatura inglesa), contratada em junho de 2020 no valor de 7,55 mil milhões de euros. Considerando o saldo em depósitos no Banco de Portugal e outra liquidez disponível, o BCP encerrou o ano de 2022 com uma posição excedentária sobre o Eurosistema no valor de 2,6 mil milhões de euros.

Ao longo de 2022 o comportamento do *buffer* de liquidez no BCE foi determinado sobretudo pelos impactos, em sentido oposto, da já referida evolução favorável do *gap* comercial, por um lado, e por outro do crescimento das necessidades de colateralização das contas margem de derivados e da desvalorização do preço de mercado dos ativos elegíveis para desconto no Eurosistema, efeitos que assumiram magnitude crescente após o início da guerra na Ucrânia. O efeito combinado destes e de outros fatores de materialidade mais reduzida permitiu, ainda assim, um crescimento do *buffer* de 2,7 mil milhões de euros em base anual, para 26,5 mil milhões de euros.

De igual modo, em 2022, o Bank Millennium e o BIM demonstraram a resiliência das suas posições de liquidez, suportadas nas suas bases de depósito de retalho e em *buffers* robustos descontáveis nos respetivos bancos centrais, com indicadores regulatórios e internos de risco de liquidez posicionados confortavelmente acima dos limites definidos. No caso da operação na Polónia, tal ocorreu mesmo considerando os efeitos da invasão da Ucrânia, que se consubstanciaram na desvalorização expressiva da carteira de ativos elegíveis e no reforço das contas margem de derivados.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos três anos, em valores anuais sem expressão material.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 31 de dezembro de 2022 fixou-se em 12,6% em *phased-in* e em 12,5% em *fully implemented*, refletindo uma variação de +93 e de +77 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 11,7% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* na mesma data de 2021 e acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2023 (CET1 9,406%, T1 11,375% e Total 14,000%) e em linha com os objetivos de solvabilidade de médio prazo. É aguardada a decisão da autoridade de supervisão do pedido de aplicação do artigo 352 (2) da CRR para exclusão do cálculo dos ativos ponderados para risco de mercado de determinadas posições cambiais estruturais para imunização dos rácios regulamentares face a variações das taxas de câmbio. A alteração teria um impacto estimado no rácio CET1 *fully implemented* de, pelo menos, +51 pontos base.

A evolução dos rácios de capital no período continuou a ser condicionada significativamente pelos impactos no Bank Millennium, relacionados com o aumento do provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira e com o novo regime de moratórias sobre crédito hipotecário adotado na Polónia. Estes efeitos foram compensados pelo bom desempenho da atividade recorrente em Portugal, bem como pelas medidas de reforço de capital adotadas.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 dez. 22	31 dez. 22 <i>pro forma*</i>	31 dez. 21
FULLY IMPLEMENTED			
Fundos próprios			
<i>Common Equity Tier 1 (CET1)</i>	5.382	5.382	5.375
<i>Tier 1</i>	5.875	5.875	5.884
Fundos próprios totais	7.241	7.241	7.247
Riscos ponderados	43.106	41.224	45.863
Rátios de solvabilidade			
CET1	12,5 %	13,0 %	11,7 %
<i>Tier 1</i>	13,6 %	14,2 %	12,8 %
Total	16,8 %	17,5 %	15,8 %
PHASED-IN			
CET1	12,6 %	13,2 %	11,7 %

* Sujeito à aprovação já solicitada da aplicação do artigo 352 (2) do CRR.

Nota: Os rácios de dezembro de 2022 e de dezembro de 2021 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos.

Os rácios de dezembro de 2022 correspondem a valores não auditados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM 2022

Em 2022, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas, num contexto exigente e desafiante.

Na sequência da crise geopolítica decorrente da invasão da Ucrânia, o Banco agiu em conformidade com as orientações da União Europeia e implementou um conjunto de mecanismos de acompanhamento de medidas de apoio ao povo ucraniano.

Decisão do Banco Central Europeu (BCE) no âmbito do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP) sobre os requisitos mínimos prudenciais que deverão ser respeitados em base consolidada a partir de 1 de março de 2022: CET1 9,16%, T1 11,13% e Rácio de Capital Total 13,75%.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Millennium bcp renovaram a sua parceria de longa data através da celebração de um acordo destinado a apoiar PME, empresas de média dimensão e grandes empresas portuguesas através da concessão de uma garantia de 200 milhões de euros que visa mobilizar o financiamento de até 840 milhões de euros.

O Bank Millennium (Polónia) e o Grupo BEI, constituído pelo Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento, uniram-se para apoiar as PME polacas afetadas pela crise provocada pela COVID-19 através de uma garantia de 1,5 mil milhões de zlotis.

Realização no dia 4 de maio de 2022 da Assembleia Geral Anual de Acionistas, com a participação de Acionistas detentores de 64,31% do respetivo capital social, com as seguintes deliberações:

- Aprovação do Relatório de Gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2021 e Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização e o Relatório de Sustentabilidade; e aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2021;
- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização; da política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos titulares de funções essenciais; da política de seleção e designação do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos, nos termos da legislação em vigor; e da proposta de alteração do contrato de sociedade;
- Eleição do Conselho de Administração, incluindo a Comissão de Auditoria, e do Conselho de Remunerações e Previdência para o mandato 2022/2025.

O BCP foi notificado pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da determinação do requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis (“MREL” ou “*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*”) conforme decisão do Conselho Único de Resolução. A estratégia de resolução aplicada continua a ser a de um ponto de entrada múltiplo (“MPE” ou “*Multiple Point of Entry*”). O requisito MREL a cumprir pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e por todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), a partir de 1 de janeiro de 2024 é de:

- 23,81% do montante total das posições em risco (“TREA”) (a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios (“CBR” ou “*Combined Buffer Requirement*”) de 3,5%, assim correspondendo a um requisito total de 27,31%); e
- 6,92% da medida de exposição total (“LRE”).

Até à data referida anteriormente o BCP deverá cumprir com um requisito intermédio de:

- 18,09% do TREA (a que acresce ainda um requisito CBR de 3,25%, assim correspondendo a um requisito total de 21,34%); e

- 6,92% da LRE.

Não foi aplicado ao Banco qualquer requisito de subordinação. De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL deverá ser anualmente atualizado ou reconfirmado. Os requisitos de MREL comunicados para o grupo de resolução BCP acima descritos estão em linha com o Plano Estratégico 2021-24 e são acomodáveis pelo plano de *funding* em curso. Em 1 de janeiro de 2022, o BCP cumpria com o respetivo requisito MREL intermédio fixado para aquela data, tanto em percentagem do TREA (incluindo também o CBR aplicável), como em percentagem da LRE.

Considerando que o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas dispõe que o período máximo de exercício do sócio responsável pela orientação da revisão legal das contas de um auditor é de sete anos e que Paulo Alexandre de Sá Fernandes, ROC n.º 1456, registado na CMVM sob o n.º 20161066, é o sócio da Deloitte & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (“Deloitte”) responsável pela revisão oficial de contas e auditoria do Banco desde 2016, o BCP comunicou em 21 de julho que foi informado pela Deloitte que, a partir desta data, João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129, registado na CMVM sob o n.º 20160741, passou a assumir funções de responsável pela revisão oficial de contas e auditoria externa do Banco Comercial Português, S.A.

Na sequência da receção do ofício do Banco Central Europeu sobre a avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria eleitos na Assembleia Geral de Acionistas de 4 de maio de 2022 para o quadriénio 2022/2025, o Conselho de Administração iniciou funções em 5 de setembro de 2022. Clara Raposo e Teófilo da Fonseca, não foram objeto da avaliação de adequação referida, uma vez que comunicaram, por motivos de ordem pessoal, indisponibilidade para integrarem o Conselho de Administração. No dia 11 de outubro, o BCP informou que o seu Conselho de Administração, em conformidade com a lei e com os normativos do Banco relativos ao Planeamento de Sucessão, aprovou nesse dia a cooptação da Prof^a. Altina Sebastián e do Dr. Pedro Ferreira Malaquias como Administradores não executivos independentes do Banco, preenchendo assim as vagas existentes no Conselho de Administração. A cooptação ficou sujeita à condição suspensiva da obtenção de autorização por parte do Banco Central Europeu para o exercício de funções e será apresentada para ratificação na próxima Assembleia Geral do Banco.

O Bank Millennium, em 15 de julho de 2022, informou que devido aos custos esperados com as moratórias de crédito, poderia ser razoavelmente assumido que o Banco apresentaria um resultado líquido negativo no terceiro trimestre de 2022 e como resultado os seus rácios de capital ficaram abaixo dos atuais requisitos mínimos estabelecidos pela *Polish Financial Supervisory Authority* (‘PFSA’). Atendendo a que o risco de incumprimento dos respetivos rácios de capital representa um pré-requisito estipulado no art. 142 seg. 1 e 2 da Lei Bancária de 29 de agosto 1997 (Decreto de Lei 2021, item 2439, i.e., 28 de dezembro de 2021, conforme alterado), o Conselho de Administração Executivo do Banco deliberou ativar o Plano de Recuperação, notificando desse facto a PFSA e o Fundo de Garantia Bancária.

A agência de notação financeira Moody’s, no âmbito da sua revisão regular, atribuiu notação de *Investment Grade* ao *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP, que passou de Ba1/Prime-2 para Baa3/Prime-2, refletindo a redução do *stock* de *Non-performing assets* (NPA) e a melhoria dos níveis de capitalização nos últimos anos, a melhoria da rendibilidade doméstica, que permite compensar o impacto das provisões para o risco legal na Polónia, bem como o plano de *funding* do Banco em execução tendo em vista o cumprimento com o requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis final (“MREL” ou “*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*”).

A Agência de Rating Moody’s atribuiu a notação de Baa3, correspondente a *Investment Grade* à dívida senior *non preferred* do Bank Millennium na Polónia, no âmbito do programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN).

A Agência de *Rating* S&P Global Ratings melhorou o *rating* de longo prazo do BCP em um *notch* para ‘BB+’, mantendo o *Outlook* estável. Esta subida reflete o recente *upgrade* do *rating* soberano, bem como a melhoria do perfil de risco de crédito em função da redução de 40% dos NPE desde 2019 e o facto de ser expetável que as incertezas da situação na Polónia tenham um impacto gerível ao nível da capitalização do Banco. O *Outlook* reflete a solidez da franquia de retalho do Banco que deverá permitir o reforço da rendibilidade doméstica.

A Agência de *Rating* Fitch procedeu à revisão do *Outlook* do *rating* do BCP de estável para positivo, mantendo a notação do *rating* de longo prazo em BB. A revisão do *Outlook* reflete a redução orgânica dos ativos não produtivos desde o final de 2019, bem como a menor incerteza sobre o provisionamento relacionado com os créditos hipotecários em CHF do Bank Millennium.

Em 18 de outubro de 2022, o Banco Comercial Português, S.A. informou que fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 350 milhões de euros, tem um prazo de 3 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do 2º ano, um preço de emissão de 100% e uma taxa de juro fixa de 8,5%, ao ano, durante os primeiros 2 anos (correspondente a um *spread* de 5,547% sobre a taxa *mid-swaps* de 2 anos). No 3º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 5,547%. A elevada procura verificada e o perfil diversificado dos investidores que subscreveram a emissão atestam mais uma vez a capacidade do Banco em aceder ao mercado de capitais, mesmo em contexto de elevada volatilidade e grande incerteza.

O Conselho de Administração, na reunião realizada no dia 14 de novembro de 2022, deliberou solicitar a convocação de uma Assembleia Geral a ter lugar no dia 20 de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Deliberar a alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade (Capital Social) com vista à reformulação das rubricas do capital próprio, compreendendo o reforço dos fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, mediante a redução do capital social em 1.725.000.000 euros, sem alteração nem do número de ações nem da situação líquida;

Ponto Dois - Deliberar sobre a ratificação da cooptação pelo Conselho de Administração de 2 Administradores para o mandato de 2022/2025;

Ponto Três - Deliberar sobre a eleição de vogal suplente da Comissão de Auditoria para o mandato 2022/2025.

Em 22 de novembro de 2022, o Banco Comercial Português, S.A. informou sobre a decisão de não exercer a opção de reembolso antecipado da sua emissão €300,000,000 4.50% T2 *Subordinated Fixed Rate Reset Notes due December 2027* (ISIN: PTBCPWOM0034) na única data prevista para exercício da opção (7 de dezembro de 2022). Como tal, e de acordo com as Condições Finais, o cupão foi redefinido para a soma da taxa *mid-swap* vigente em 5 dezembro de 2022 e a margem inicial de 4,267% ao ano.

Face à decisão de não exercer a opção de reembolso antecipado das *Notes*, o BCP anunciou simultaneamente o lançamento de uma oferta de troca, oferecendo aos titulares da sua emissão de €300.000.000 4,50% T2 *Subordinated Fixed Rate Reset Notes due December 2027* a opção e oportunidade de as trocar por novas *Euro denominated T2 Notes*.

O BCP informou sobre os resultados da Oferta, que expirou às 16h00 do dia 29 de novembro de 2022, tendo recebido ofertas válidas de troca pelos titulares de *Notes* no montante nominal total de €133.700.000,00. O BCP emitiu, em 5 de dezembro de 2022, *New Notes* no mesmo montante, a subscrever por aqueles titulares que apresentaram ofertas válidas de troca.

A emissão de *New Notes*, no montante de €133.700.000,00, tem um prazo de 10,25 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco durante um período de três meses a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro fixa de 8,75%, por ano, durante os primeiros 5,25 anos. A partir do 5º ano e 3 meses, a taxa de juro resultará da soma da taxa *mid-swap* de 5 anos prevalecente com um *spread* de 6,051%, por ano.

O Banco Comercial Português, S.A. informou ter-se realizado no dia 20 de dezembro de 2022 a Assembleia Geral de Acionistas, por meios telemáticos e simultaneamente nas instalações do Banco, com a participação de Acionistas detentores de 63,57% do respetivo capital social, com as seguintes deliberações:

Ponto Um - Foi aprovada a proposta de alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade (Capital Social) com vista a finalidade especial de reformulação das rubricas do capital próprio, compreendendo o reforço dos fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, mediante a redução do capital social em 1.725.000.000 euros, sem alteração nem do número de ações nem da situação líquida;

Ponto Dois - Foi ratificada a cooptação pelo Conselho de Administração de 2 Administradores para o mandato de 2022/2025;

Ponto Três - Foi eleito o vogal suplente da Comissão de Auditoria para o mandato 2022/2025.

Em 21 de dezembro de 2022, o Banco Comercial Português, S.A. informou ter recebido a decisão do Banco Central Europeu no âmbito do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP) sobre os requisitos mínimos prudenciais que deverão ser respeitados em base consolidada a partir de 1 de janeiro de 2023.

Adicionalmente, o BCP tinha sido anteriormente informado pelo Banco de Portugal sobre a reserva de fundos próprios que lhe é exigida na qualidade de “outra instituição de importância sistémica” (O-SII).

As decisões referidas anteriormente estabelecem, no que respeita aos requisitos mínimos de fundos próprios a observar a partir de 1 de janeiro de 2023, os seguintes rácios, determinados em função do valor total dos ativos ponderados pelo risco (RWA): CET1 9,41%, Tier 1 11,38% e Total 14,00%, dos quais P1, respetivamente, 4,5%, 6% e 8% e P2R, respetivamente, 1,41%, 1,88% e 2,5%.

Os *buffers* incluem a reserva de conservação de fundos próprios (2,5%), a reserva contra cíclica (0%) e a reserva para outras instituições de importância sistémica (O-SII: 1,0%).

Em 23 de dezembro de 2022, o Banco Comercial Português, S.A., em cumprimento do disposto no artigo 29.º-K do Código de Valores Mobiliários e do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa que, na sequência do deliberado na Assembleia Geral realizada no dia 20 de dezembro de 2022, foi registado o novo capital social do Banco de 3.000.000.000 de euros junto da Conservatória do Registo Comercial, mantendo-se em 15.113.989.952 o número de ações nominativas, escriturais e sem valor nominal e de direitos de voto.

Adicionalmente e em cumprimento do disposto no artigo 3.º, alínea b) do Regulamento da CMVM 5/2008, o Banco informou ainda que a função de Secretário da Sociedade passou, a partir desta data, a ser desempenhada por Ana Patrícia Moniz Macedo e a função de Secretário da Sociedade Suplente será desempenhada por António Augusto Amaral de Medeiros.

Em 29 de dezembro de 2022, o Banco Comercial Português, S.A. informou que após a celebração, no dia 12 de agosto de 2022, dos contratos de compra e venda e outros acordos com uma sociedade relacionada com a Davidson Kempner Capital Management LP (a “Compradora”), juntamente com o Novo Banco, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o Banco Santander Totta, S.A. e a Oitante, S.A. (os “Vendedores”), procedeu à conclusão do Projeto Crow e a implementação dos Contratos foi concluída em 29 de dezembro de 2022, na sequência da verificação das condições suspensivas contratuais estipuladas.

Em resultado da conclusão do Projeto Crow:

- as unidades de participação dos Vendedores no “Fundo de Recuperação Turismo, Fundo de Capital de Risco (“FRT”) juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos pelo FRT foram transferidos para a Compradora;
- as ações dos Vendedores no “FLIT - PTREL, SICAV-SIF, S.C.A. (“FLIT”) juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos pelo FLIT foram transferidos para a Compradora;
- certos ativos hoteleiros detidos indiretamente pelo Fundo Recuperação, FCR foram adquiridos indiretamente pelo FLIT;
- certos ativos detidos indiretamente pela FLIT e FRT foram transferidos para os Vendedores relevantes.

RECONHECIMENTO EXTERNO

Banco #1 do Prémio 5 Estrelas 2023, Escolha do Consumidor 2023, na categoria “Grandes Bancos” pelo terceiro ano consecutivo.

O Grupo BCP volta a integrar em 2022 o The Sustainability Yearbook, publicação editada pela S&P.

Millennium bcp integra o Bloomberg Gender-Equality Index pelo terceiro ano consecutivo.

Best Investment Bank, em Portugal, em 2022, pelo quarto ano consecutivo, de acordo com a Global Finance.

Best Foreign Exchange Provider, em Portugal, em 2022, de acordo com a Global Finance.

Millennium bcp vence estatuto Inovadora COTEC pelo segundo ano consecutivo, apoiando mais de 360 Empresas a alcançar o estatuto Inovadora COTEC.

Millennium bcp foi distinguido como Best Bank for Sustainable Finance em Portugal em 2022, de acordo com a Global Finance.

Millennium bcp voltou a ser distinguido como uma das empresas líderes no combate às alterações climáticas, segundo o *ranking* “Europe’s Climate Leaders 2022” publicado pelo Financial Times e Statista.

Melhor Banco Digital (Best Consumer Digital Bank), em Portugal, em 2022, de acordo com a Global Finance. Além desta categoria, o BCP venceu ainda em três outras categorias: The best Information Security and Fraud Management in Western Europe for 2022 (consumer); The best in Social Media Marketing and Services in Western Europe for 2022 (Consumer) and The Best Information Security and Fraud Management in Western Europe for 2022 (Corporate).

O iziBizi foi vencedor do Best Digital Transformation Project em Portugal, tendo sido distinguido. O iziBizi foi ainda distinguido com o prémio Best Banking Project” e Best Future of Business Models Project. O iziBizi é o primeiro programa de faturação de gestão com conta bancária, que funde o *software* de faturação e gestão *Cloudware* com API de serviços financeiros e de *Open Banking* do Millennium bcp.

Distinção nos Euronext Lisbon Awards com os prémios Local Market Member in Equity e Growing Structured Finance.

ActivoBank distinguido com a Escolha do Consumidor, na categoria “Banca Digital”, pelo quinto ano consecutivo.

ActivoBank distinguido como Powerful Brand, na categoria “Bancos Online”, no estudo conjunto da revista Sábado e Marktest, pelo segundo ano consecutivo.

Bank Millennium eleito Best Bank na Polónia em 2022, de acordo com a Global Finance.

Bank Millennium distinguido como melhor Banco Digital na Polónia em 2022, de acordo com a Global Finance.

Bank Millennium distinguido com o Prémio Kantar Polska pela comunicação mais eficaz da marca.

Bank Millennium entre os Melhores Empregadores da Polónia em 2022 de acordo com o *ranking* elaborado pela Forbes Polska e Statista.

Bank Millennium distinguido como o melhor Banco Digital no *ranking* Newsweek’s Friendly Bank.

Bank Millennium distinguido como “Europe’s Diversity Leader 2023” no *ranking* do Financial Times.

Best Trade Finance Provider, em Moçambique, em 2022, de acordo com a Global Finance.

Bank of the Year em Moçambique, em 2022, pela Euromoney.

Bank of the Year em Moçambique, em 2022, pela revista The Banker.

“Melhor Banco Digital” em Moçambique e “Banco Digital mais inovador de África”, de acordo com a Global Finance.

Best Private Bank em Moçambique, pelo quarto ano consecutivo, de acordo com a Global Finance.

EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 9 de janeiro de 2023, em complemento ao comunicado de 29 de dezembro de 2022 sobre a conclusão do Projeto Crow, relativo à venda de Unidades de Participação no Fundo de Recuperação Turismo, Fundo de Capital de Risco e FLIT-PTREL-SIF, S.C.A., bem como de outros ativos do sector hoteleiro, o Banco Comercial Português, S.A. informa que a conclusão desta transação se repercutiu no recebimento de aproximadamente 233 milhões de euros.

O Banco Comercial Português, S.A com base nos termos da transação, informa que a conclusão do projeto Crow teve um impacto marginalmente positivo de 1,6 milhões de euros nos resultados consolidados do exercício de 2022. Em termos de rácio de capital (CET1 *fully implemented*), estima-se que a redução da exposição no balanço a estes ativos, por via das vendas realizadas, se repercuta no aumento de aproximadamente 15 p.b.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Em 2022, o PIB mundial registou um forte abrandamento, decorrente dos efeitos adversos sobre a atividade económica da agressão militar da Rússia à Ucrânia, nomeadamente por via do aumento dos preços das matérias-primas energéticas e alimentares. Em 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a economia global prossiga uma trajetória de desaceleração, projetando uma expansão do PIB mundial de 2,9%, o que corresponde a um ritmo de crescimento inferior à média histórica (3,8%). A esta projeção está associado um importante conjunto de riscos descendentes, relacionados sobretudo com a possibilidade de agravamento da situação geopolítica e com a evolução da política monetária.

Nos EUA, a subida acentuada da taxa de inflação, que se situou em 8,0% em 2022, impeliu a Reserva Federal a subir a sua taxa de juro de referência de 0,25% para 4,50% no decorrer do ano. Neste contexto de aumento dos custos de financiamento, o FMI prevê um abrandamento significativo da economia norte-americana em 2023. Na área do euro, o Banco Central Europeu subiu igualmente a sua taxa de juro de referência, de 0,0% para 2,50%, impulsionado pela rápida subida da taxa de inflação, que registou uma variação média anual de 8,4% em 2022. Neste quadro de incremento do nível geral dos preços e das taxas de juro, a par com um elevado risco geopolítico e energético, o FMI antevê que a economia da área do euro registre uma taxa de crescimento de apenas 0,7% em 2023, após a expansão de 3,5% observada em 2022. Por sua vez, na China, espera-se uma recuperação da atividade económica, na sequência da dissipação das medidas de contenção da pandemia COVID-19, que determinaram um forte abrandamento do PIB em 2022.

Nos mercados financeiros, o ano de 2022 foi marcado, por um lado, por desvalorizações expressivas dos principais índices acionistas mundiais, instigadas por um quadro de elevada incerteza e pela inversão do cariz expansionista da política monetária e, por outro lado, por um aumento das *yields* dos títulos de dívida pública, num contexto de crescentes pressões inflacionistas e consequentes expectativas de incremento do nível geral das taxas de juro. Neste contexto, as taxas de juro interbancárias Euribor denotaram subidas expressivas nos vários prazos, atingindo valores não observados desde 2008. O enquadramento macroeconómico e financeiro desfavorável refletiu-se num alargamento dos prémios de risco associados à dívida empresarial, bem como à dívida pública dos países da periferia da área do euro. Este contexto adverso foi igualmente penalizador para as classes de ativos dos mercados emergentes. No plano cambial, destaca-se a forte apreciação do dólar norte-americano, em particular contra o euro e o iene. Não obstante a turbulência que caracterizou a evolução dos mercados financeiros internacionais em 2022, é de salientar a valorização de 2,8% do índice acionista nacional.

Em Portugal, o PIB prosseguiu uma trajetória de desaceleração no quarto trimestre de 2022, refletindo o abrandamento do consumo privado e a debilidade do investimento, pese embora o avultado montante de fundos europeus disponíveis, enquanto as exportações deverão ter mantido um dinamismo assinalável. Apesar da perda de vigor da atividade económica no final do ano, o forte desempenho observado no primeiro trimestre contribuiu para que no conjunto do ano a economia portuguesa registasse um crescimento de 6,7%. Contudo, em 2023, o Banco de Portugal prevê que o PIB português apresente uma desaceleração expressiva, penalizado pela incerteza quanto ao andamento da procura externa e à evolução da inflação que, após se ter situado em 8,1% em 2022, deverá persistir elevada em 2023 (5,8%).

Em 2022, a economia polaca revelou-se resiliente perante o quadro de forte incerteza desencadeado pela agressão militar da Rússia à Ucrânia, a subida acentuada da inflação, o agravamento dos custos de financiamento e os riscos de disrupção no fornecimento de energia. Neste contexto, o zlóti registou uma depreciação marginal no conjunto do ano.

Em 2023, porém, o FMI projeta que a taxa de crescimento do PIB diminua significativamente (de 5,4% para 0,3%), em resultado da persistência de elevadas pressões inflacionistas e de uma política monetária restritiva. De notar que, em 2022, o banco central subiu a sua taxa de juro de referência de 1,75% para 6,75%.

Em Moçambique, a atividade económica acelerou em 2022, suportada pela evolução positiva da indústria extrativa, com o FMI a projetar um crescimento do PIB de 3,7%. Neste contexto, o banco central aumentou a sua taxa de referência de 13,25% para 17,25% e o metical apreciou-se. Em 2023, espera-se que a economia prossiga esta trajetória de recuperação, crescendo 4,9%, não obstante o abrandamento da atividade económica global.

Em 2022, a economia angolana prosseguiu a sua tendência de recuperação, beneficiando da subida dos preços das matérias-primas, o que favoreceu a evolução do kwanza. Em 2023, espera-se uma aceleração da atividade económica, com o FMI a projetar um crescimento do PIB de 3,4% face a 2,9% em 2022.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões euros								
	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	dez. 22	dez. 21	Var. 22/21	dez. 22	dez. 21	Var. 22/21	dez. 22	dez. 21	Var. 22/21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	2.149,8	1.588,6	35,3 %	951,0	831,3	14,4 %	1.198,8	757,3	58,3 %
Rendimentos de instrumentos de capital	10,1	0,9	>200%	9,3	0,1	>200%	0,8	0,8	(1,7 %)
Resultado de serviços e comissões	771,9	727,7	6,1 %	560,6	514,3	9,0 %	211,4	213,4	(1,0 %)
Resultados em operações financeiras	50,0	86,5	(42,3 %)	69,2	75,6	(8,4 %)	(19,3)	11,0	<-200%
Outros proveitos de exploração líquidos	(182,9)	(126,3)	(44,8 %)	(76,3)	(66,1)	(15,4 %)	(106,7)	(60,3)	(77,0 %)
Resultados por equivalência patrimonial	68,7	56,9	20,7 %	67,8	58,3	16,3 %	0,9	(1,4)	167,0 %
Produto bancário	2.867,5	2.334,4	22,8 %	1.581,6	1.413,6	11,9 %	1.285,9	920,8	39,7 %
Custos com o pessoal	580,8	654,3	(11,2 %)	338,7	436,2	(22,4 %)	242,1	218,0	11,1 %
Outros gastos administrativos	353,0	324,2	8,9 %	184,0	176,4	4,3 %	168,9	147,8	14,3 %
Amortizações do exercício	139,2	137,2	1,5 %	79,1	80,3	(1,5 %)	60,2	56,9	5,8 %
Custos operacionais	1.073,0	1.115,6	(3,8 %)	601,7	692,9	(13,1 %)	471,3	422,7	11,5 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	1.056,5	1.024,9	3,1 %	585,3	602,2	(2,8 %)	471,3	422,7	11,5 %
Resultados antes de imparidades e provisões	1.794,5	1.218,8	47,2 %	979,8	720,7	35,9 %	814,7	498,1	63,6 %
Resultados de modificações	(309,9)	—	— %	—	—	— %	(309,9)	—	— %
Imparidade do crédito (líq.de recuperações)	300,6	348,9	(13,8 %)	218,4	273,3	(20,1 %)	82,2	75,6	8,8 %
Outras imparidades e provisões	755,6	712,2	6,1 %	205,3	165,4	24,1 %	550,3	546,8	0,6 %
Resultado antes de impostos	428,5	157,7	171,6 %	556,1	282,0	97,2 %	(127,7)	(124,3)	(2,7 %)
Impostos	304,3	203,6	49,5 %	207,6	109,0	90,4 %	96,7	94,6	2,3 %
Correntes	109,6	81,4	34,8 %	17,2	11,1	54,7 %	92,4	70,2	31,6 %
Diferidos	194,7	122,3	59,2 %	190,4	97,9	94,4 %	4,3	24,3	(82,4 %)
Resultado após impostos de operações em continuação	124,1	(45,9)	>200%	348,6	173,0	101,5 %	(224,4)	(218,9)	(2,5 %)
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	5,5	70,9	(92,2 %)	—	—	— %	5,5	70,9	(92,2 %)
Interesses que não controlam	(77,8)	(113,1)	31,2 %	(5,0)	0,2	<-200%	(72,8)	(113,3)	35,7 %
Resultado líquido	207,5	138,1	50,3 %	353,6	172,8	104,6 %	(146,1)	(34,7)	<-200%
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	89.861	92.905	(3,3 %)	63.268	67.216	(5,9 %)	26.593	25.689	3,5 %
Recursos totais de clientes	92.808	90.097	3,0 %	68.262	66.290	3,0 %	24.546	23.806	3,1 %
Recursos de clientes de balanço	77.250	71.175	8,5 %	54.077	49.319	9,6 %	23.173	21.856	6,0 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.907	69.560	9,1 %	52.734	47.712	10,5 %	23.173	21.848	6,1 %
Débitos para com clientes titulados	1.343	1.615	(16,8 %)	1.343	1.606	(16,4 %)	—	9	(100,0 %)
Recursos de clientes fora de balanço	15.558	18.922	(17,8 %)	14.185	16.972	(16,4 %)	1.373	1.950	(29,6 %)
Ativos sob gestão	5.114	5.773	(11,4 %)	4.307	4.629	(7,0 %)	806	1.143	(29,5 %)
Ativos distribuídos	5.102	6.486	(21,3 %)	4.803	6.076	(20,9 %)	299	410	(27,1 %)
Seguros de poupança e de investimento	5.343	6.663	(19,8 %)	5.075	6.267	(19,0 %)	268	397	(32,4 %)
Crédito a clientes (bruto)	57.713	58.231	(0,9 %)	40.149	39.866	0,7 %	17.564	18.365	(4,4 %)
Particulares	34.165	34.071	0,3 %	21.194	20.505	3,4 %	12.971	13.566	(4,4 %)
Hipotecário	28.124	28.072	0,2 %	19.014	18.394	3,4 %	9.110	9.678	(5,9 %)
Pessoal	6.042	5.999	0,7 %	2.180	2.111	3,3 %	3.862	3.888	(0,7 %)
Empresas	23.548	24.160	(2,5 %)	18.955	19.361	(2,1 %)	4.593	4.799	(4,3 %)
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	590	1.080	(45,3 %)	201	605	(66,8 %)	390	475	(17,9 %)
Crédito vencido há mais de 90 dias	496	949	(47,8 %)	180	586	(69,3 %)	316	364	(13,2 %)
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	0,9 %	1,6 %		0,4 %	1,5 %		1,8 %	2,0 %	
Imparidade do crédito (balanço)	1.515	1.871	(19,0 %)	935	1.286	(27,3 %)	581	585	(0,7 %)
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,6 %	3,2 %		2,3 %	3,2 %		3,3 %	3,2 %	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	305,8 %	197,0 %		519,5 %	219,5 %		184,0 %	160,8 %	
Stock de <i>Non-Performing Exposures</i> (NPE)	2.218	2.752	(19,4 %)	1.361	1.878	(27,5 %)	856	874	(2,1 %)
NPE / Crédito a clientes	3,8 %	4,7 %		3,4 %	4,7 %		4,9 %	4,8 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	68,3 %	68,0 %		68,6 %	68,5 %		67,8 %	66,9 %	
Crédito reestruturado	1.866	2.564	(27,2 %)	1.341	2.069	(35,2 %)	525	495	6,0 %
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,2 %	4,4 %		3,3 %	5,2 %		3,0 %	2,7 %	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	52	60		54	69		47	41	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Milhares de euros)

	2022	2021
Juros e proveitos equiparados	2.737.235	1.709.124
Juros e custos equiparados	(587.463)	(120.523)
MARGEM FINANCEIRA	2.149.772	1.588.601
Rendimentos de instrumentos de capital	10.086	938
Resultados de serviços e comissões	771.908	727.723
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	27.306	(247)
Ganhos / (perdas) cambiais	19.390	17.494
Resultados de contabilidade de cobertura	(2.233)	4.286
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	18.883	(3.717)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(13.386)	68.722
Outros proveitos / (custos) de exploração	(193.112)	(128.905)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	2.788.614	2.274.895
Custos com o pessoal	580.807	654.270
Outros gastos administrativos	352.961	324.172
Amortizações	139.250	137.156
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	1.073.018	1.115.598
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	1.715.596	1.159.297
Resultados de modificações	(309.865)	-
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(300.829)	(352.833)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.023	(4.626)
Imparidade de outros ativos	(192.059)	(60.882)
Outras provisões	(568.297)	(642.726)
RESULTADO OPERACIONAL	349.569	98.230
Resultados por equivalência patrimonial	68.722	56.937
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	10.167	2.570
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	428.458	157.737
Impostos		
Correntes	(109.632)	(81.353)
Diferidos	(194.688)	(122.273)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	124.138	(45.889)
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	5.537	70.881
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	129.675	24.992
Resultado líquido do exercício atribuível a:		
Acionistas do Banco	207.497	138.082
Interesses que não controlam	(77.822)	(113.090)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	129.675	24.992
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,011	0,007
Diluído	0,011	0,007

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Milhares de euros)

	2022	2021
ATIVO		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.022.001	7.796.299
Disponibilidades em outras instituições de crédito	213.460	361.786
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Aplicações em instituições de crédito	963.434	453.213
Crédito a clientes	54.675.793	54.972.401
Títulos de dívida	13.035.582	8.205.196
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos financeiros detidos para negociação	766.597	931.485
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	552.679	990.938
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.461.553	12.890.988
Derivados de cobertura	59.703	109.059
Investimentos em associadas	298.717	462.338
Ativos não correntes detidos para venda	499.035	780.514
Propriedades de investimento	15.217	2.870
Outros ativos tangíveis	574.697	600.721
Goodwill e ativos intangíveis	182.687	256.213
Ativos por impostos correntes	17.945	17.283
Ativos por impostos diferidos	2.938.986	2.688.216
Outros ativos	1.582.455	1.385.292
TOTAL DO ATIVO	89.860.541	92.904.812
PASSIVO		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Recursos de instituições de crédito	1.468.360	8.896.074
Recursos de clientes e outros empréstimos	75.430.143	69.560.227
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.482.086	2.188.363
Passivos subordinados	1.333.056	1.394.780
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Passivos financeiros detidos para negociação	241.506	231.241
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.817.678	1.581.778
Derivados de cobertura	178.000	377.206
Provisões	561.786	458.744
Passivos por impostos correntes	23.680	20.427
Passivos por impostos diferidos	11.708	16.932
Outros passivos	1.391.973	1.116.983
TOTAL DO PASSIVO	83.939.976	85.842.755
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	3.000.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	268.534	259.528
Reservas e resultados acumulados	1.245.949	580.304
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco	207.497	138.082
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	5.138.451	6.119.385
Interesses que não controlam	782.114	942.672
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	5.920.565	7.062.057
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	89.860.541	92.904.812

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos - montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos - títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Cobertura específica de *non-performing exposures* (NPE) - rácio entre a imparidade de NPE (balanço) e *stock* de NPE.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) - crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) - crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* - crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) - quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial - diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) - imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) - imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) - rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação - rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço - depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço - ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito - recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes - recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos =

[Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (Core operating profit) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões - produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos - títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios - corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores de 2022 não foram objeto de auditoria.